



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS – II
CENTRO DE HUMANIDADES – PRAI
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
DISCIPLINA: PRÁTICA DE ENSINO DE HISTÓRIA NA
ESCOLA DE 1º E 2º GRAUS
PROFESSORA: ERONIDES CÂMARA DONATO
PROF. ORIENTADOR: JOSÉ BENJAMIM MONTENEGRO
ALUNA: ELIZEUDA DE SOUZA BURITI
PERÍODO: 1998.1

RELATÓRIO

**“RETRATOS DE UMA HISTÓRIA QUE SE
CONSTRÓI NA SALA DE AULA”**

CAMPINA GRANDE – PB
OUTUBRO/1998.

**RELATÓRIO DE FINAL DE CURSO:
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**Elizeuda de Souza Buriti
Concluinte**

**José Benjamim Montenegro
Professor-Orientador**

**Campina Grande-Pb.
Outubro/1998.**



Biblioteca Setorial do CDSA. Abril de 2024.

Sumé - PB

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO: _____	01
REPENSAR O ENSINO DA HISTÓRIA: NOVOS MÉTODOS? POR QUE NÃO?: _____	02
PLANEJAMENTO DE ENSINO: UM APÊNDICE DA BUROCRACIA ESCOLAR? OU ATIVIDADE NECESSÁRIA AO ENSINO-APRENDIZAGEM?: _____	03
ENCONTRO COM A SALA DE AULA: MITOS E REALIDADES: _____	04
PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES: _____	05
ANEXOS: _____	06
CONSIDERAÇÕES FINAIS: _____	07
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: _____	08
PARECER DO ORIENTADOR: _____	09

MENSAGEM

O HISTORIADOR

*“Veio para
ressuscitar o tempo
e escarpelar os mortos, as condecorações,
as liturgias, as espadas,
o espectro das fazendas submergidas,
o muro de pedra entre membros da família,
o ardido queixume das solteironas,
os negócios de trapaça,
as ilusões jamais confirmadas
em desfeitas.
Veio para contar
o que não faz juz a ser glorificado
e se deposita, grânulo,
no poço vazio da memória,
é importuno e insiste,
rancoroso, fiel”*

DEDICATÓRIA

Me sinto imensamente feliz de poder dedicar à uma pessoa que se dispôs me acompanhar sem fazer restrições, o resultado de um trabalho que me consumiu dias e dias de luta, na busca por melhores conquistas, em especial, na área de conhecimento histórico.

Alguém que soube dizer as palavras certas nos momentos incertos, que ajudou a construir o caminho pelo qual percorri nessa trajetória na universidade. Esse alguém só poderia ser uma pessoa muito especial, para ser detentora de tantas qualidades e virtudes, claro, é você minha paixão, meu amigo, meu amor, Alexandre.

AGRADECIMENTOS

Ah! Como é bom conquistar a amizade das pessoas e construir relações amigáveis, para com elas compartilhar dos frutos das nossas conquistas. Com essa concepção, é impossível esquecer dos amigos, que de uma forma ou de outra, participam de nossas experiências e vivências, seja no meio acadêmico ou social/pessoal.

Me perdoem aqueles que não forem citados aqui; pois, devido a ousadia do esquecimento, os deixei de lembrar. No entanto, isso não significa que sejam menos importantes nesse momento de minha vida. Um momento que considero especial, porque consegui superar obstáculos, vencer desafios, burlar dificuldades, para alcançar objetivos almejados.

Ao concluir o curso de História, várias pessoas disseminaram as sementinhas de idéias que fizeram brotar frutos de conhecimentos diversos, como o de respeito e consideração ao outro, em suas especificidades, por exemplo.

É com muita saudade e tristeza que eu agradeço “In: memória”, ao meu pai José Buriti de Souza, uma pessoa maravilhosa, que pelas circunstâncias da vida não está, materialmente, entre nós.

A você mamãe – Severina de Souza Buriti – com muito carinho, e aos meus queridos irmãos: Eguinaldo, Neuda, Edvaldo e Erisvaldo, com os quais, tantas vezes discutimos sobre história.

Com muita gratidão, aos professores, que de modo geral, contribuíram nesse exercício de aprendizagem. À vocês: Clarindo, Camilo, Sandra, Cabral, Liége, Eronides (Nilda), Fábio, Marta Lúcia, Eduardo, Socorro Rangel, Celso, Benjamim, Durval, (DHG); Shakuntla, Carmem Verônica, Delba, Glória, Dorivaldo, José Luíz, Lula Cabral, Donato, Socorro Paz.

Aos caros colegas de curso e amigos, com alegria de poder contar sempre: Cleide, Clóvis, Cecília, Eduardo, Robervânia, Rogério, Emmanuel, Ronaldo, Welligthon, Maria José, Osanice, Joel,

Em destaque, aos colegas do nosso grupo de estudo do projeto de extensão: “Memória, Patrimônio e Cidadania”, em parceria com a UFPB, Câmara de Vereadores (C. Grande), e a Paróquia e Prefeitura de São João do Cariri e Cabaceiras: Fabiana, Állyson, Carla, Júnior, Alexandrino, George, Sérgio, Tereziana, Silvia, Elther, Auricélia.

Às amigas da infância escolar com carinho e saudades: Márcia de Cássia, Sandra Regina, Elis Petrúcia, Rosângela (Fofinha).

À outras personalidades com respeito e afeto: Genilson Paulino, João (Sedhir), Socorro de Sousa, Zenilda Calixto.

E em especial, ao meu amigo, companheiro, amor, amante, esposo: Alexandre.

APRESENTAÇÃO

“Retratos de uma história que se constrói na sala de aula”, é resultado do trabalho realizado como atividade de conclusão de curso – “Curso de História”, via disciplina: “Prática de Ensino”, ministrada pela professora Eronides Câmara Donato, do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal da Paraíba – Campus – II, no semestre 98.1, sob a coordenação do professor-orientador, José Benjamim Montenegro (DHG).

Esse trabalho é também, fruto de sementes plantadas e cultivadas com esforço e dedicação, regada com a contribuição dos professores e colegas, no cotidiano de sala de aula, ambos, ao meu lado, se fizeram presentes incentivando a construção de novos saberes nessa área de conhecimento, que é a História, a qual escolhi para fazer parte da minha história. À cada momento de encontro com a possibilidade de um novo saber, uma relação de estranhamento, de tensão, mas sobretudo de confiança, de esperança na âncora de conquistar novos frutos do conhecimento, em especial, no campo histórico.

As experiências adquiridas ao longo dessa trajetória na academia, foram várias e exerceram influências importantes, marcando a minha vida como estudante e como pessoa. Os resultados dessas experiências, pelo menos em parte, estão contidas neste relatório de final de curso, que ora pretendo apresentar.

A intenção é explicitar os resultados que foram possíveis realizar, cuja construção contou com o apoio e contribuição de pessoas que se dispuseram a contribuir com papéis importantes para esse exercício, como professores, familiares, amigos, funcionários dos vários seguimentos da Universidade, que

nos serviram nas ocasiões necessárias e os demais, que de uma forma, ou de outra, depositaram sua parcela de participação.

Trabalhamos duas temáticas paralelas às atividades práticas de sala de aula, uma sobre a metodologia como possibilidade de promover a dinamização do estudo da história e da melhoria na qualidade do ensino; e a outra, o planejamento de ensino como uma atividade indispensável ao ensino e à aprendizagem, no campo de construção do conhecimento histórico. Acompanhando as temáticas, o capítulo seguinte diz respeito às experiências de sala de aula referentes ao estágio de conclusão do curso, realizado na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Ademar Veloso da Silveira.

REPENSAR O ENSINO DA HISTÓRIA: NOVOS MÉTODOS? POR QUE NÃO?

*“A história ... é produto de um lugar ... tem duplo efeito.
Por um lado, historiciza o atual,...engendra
simultaneamente a diferenciação de
um presente e de um passado”.*

Michel de Certeau.

Como ensinar história hoje? Essa é uma questão em debate no meio acadêmico e profissional de sala de aula, pelo menos, por parte daqueles que se preocupam com o ensino da história, e que se vêem em meio a críticas e indagações frente a essa tarefa tão fascinante e ao mesmo tempo assustadora, que é o ensinar história. Portanto, essa questão servirá de eixo ao desenvolvimento deste capítulo do relatório de final de curso.

Não poderia ir adiante sem retornar um pouco ao passado, como diria Pierre Villar: “a história Já não é, (...) curiosidade ou nostalgia do passado, coleção de imagens sedutoras ou gloriosas, mas desejo de um conhecimento explicativo, útil para o presente”¹. Pois, para melhor explicitar vamos ao nosso antecessor século XIX, período considerado como século da “razão” e das “luzes”, momento em que as nações modernas estão se constituindo e ao mesmo tempo, convivendo com os movimentos de “Laicização da sociedade” (Igreja e Estado). E nesse meio, a história surge com a intenção de se tornar “ciência”, assim como as demais “ciências naturais”. Fundamentada pelos princípios do positivismo Comteano, cuja pretensão visava resgatar a história do passado de forma verdadeira, já que aplicaria às provas “métodos

¹ Pierre Vilar, Apud, Margarida Louro Felgueira. “A disciplina de história no 3º ciclo do ensino básico” In: Pensar a História – Repensar o seu ensino. Porto editora, Portugal, 1994, p. 27.

científicos”. Isto na Europa. E no Brasil? Ora, não foi diferente, pois o surgimento da história com o “status” de ciência, ocorre em meio a laicização entre a Igreja e o Estado. Nesse contexto, o ensino da história, cai como uma luva para organização da escola como espaço ideal às disputas travadas, entre o poder religioso e o poder laico civil.

E assim, a história enquanto “disciplina autônoma”, servirá em primeira instância, para o Estado dá o respaldo que necessita para legitimar o ideal de nação que busca uma identidade nacional para os brasileiros; e claro, é elaborado um discurso no qual oculta as diferenças, os conflitos, as tensões, as contradições, já que será função da “História Oficial”, registrar nos livros didáticos a serem trabalhados nas escolas, os retratos de um passado de sangue transformado num presente de vinho, para brindar a almejada e “pacífica”, “Nação Brasileira”.

Portanto, a República brasileira vê a escola se constituir como o lugar ideal à criação da “memória oficial” para o Estado. Uma memória que escamoteava fatos e acontecimentos, da história de vida de pessoas dos vários seguimentos da sociedade, sobretudo, as consideradas menos privilegiadas econômico, social e politicamente. Sendo assim, a memória é legitimada pela história para justificar a dominação dos grupo que estavam no poder; no caso a burguesia, cujo discurso girava em torno de um progresso para a nação.

Nesse embate de forças, o positivismo atuou por muito tempo; até que mudanças ocorridas no meio historiográfico, possibilitou o surgimento de reelaborações para a história. A partir daí, entra em cena uma nova corrente historiográfica – a marxista –, que alarga a concepção da história dos “grandes homens” (heróis) e dos “grandes feitos” (da política), cedendo espaço ao “sujeito coletivo” e à “economia”.

Mais um salto à frente e chegamos ao século XX. Desse momento em diante, a concepção sobre a história rumará nas trilhas da possibilidade de ampliação do horizonte do conhecimento histórico, sobretudo porque idéia de que os “(...) fatos falam por si sós”, ou que a história é um processo retilíneo, evolutivo, como no caso da “(...) história historecista, que tudo explica concatenadamente, onde o depois é precedido pelo antes (...)”², obedecendo sempre a uma seqüência de fatos e de datas, vai sofrer rupturas e abrir espaço às novas abordagens teórico-metodológicas, com o advento da Escolas dos Annales, cujas possibilidades permitirá o alargamento da noção de documento e fonte históricos, bem como, a multiplicidade da verdade sob os vários ângulos que o olhar do historiador alcançar.

Como afirmara Felgueiras: “a história nova sublima a importância do ângulo de visão em que se coloca o historiador, atribuindo-lhe o papel de compreender e explicar, solidariamente apoiado nas fontes submetidas a uma análise e crítica rigorosos”³. Com isso, foi possível alargar o “objeto da história” permitindo o surgimento de uma “história ramificada” que rompesse com a pretensão da história “globalizante”, defendida pelo marxismo e também, com a história idolatrada pelo positivismo de que os fatos falam por si sós, por exemplo.

Não resta dúvida de que estudar o passado é importante para buscarmos nele, “algo” que nos auxilie no exercício do presente enquanto almejamos o futuro, mas daí, querer conhecê-lo em sua totalidade pode ser frustrante, para não dizer impossível. Antônio Sérgio foi feliz ao frisar que: “a vantagem que a história nos oferece é não sermos tentados a repeti-la”⁴. Pensando assim,

² Elza Nadai. “O Ensino da História e a Pedagogia do Cidadão” In: Sociedade e trabalho na História. ANPUH/Marco Zero, São Paulo, 1996, p. 16.

³ Margarida L. Felgueiras, of. Op. cit., p. 31.

⁴ Antônio Sérgio, apud, Felgueiras, of. Op. cit., p.34.

não é difícil perceber que para o ensino da história é importante buscar novos métodos que possibilitem a superação de problemas existentes (que são vários) e a dinamização do que se pretenda ensinar nessa área de conhecimento. Antes de pensar na elaboração do material a ser trabalhado na sala de aula, principalmente em se tratando da disciplina de história, é fundamental que se reflita sobre como ensinar e para quem ensinar, para então, selecionar e planejar os conteúdos e os objetivos que deverão ser aplicados seguidos de uma metodologia pertinente à realidade dos membros envolvidos com o estudo, ou seja, professor e aluno, bem como, estar consorciado com os resultados que se pretenda alcançar.

Nesse sentido, a metodologia é indispensável e deve ser trabalhada racionalmente, visando tornar o ensino um exercício dinâmico, flexível, que permita produzir um conhecimento que reflita diretamente sobre o interesse, daqueles que se habilitem a aprender, no caso, o aluno.

Na relação ensino e aprendizagem, é fundamental ao aluno sentir-se fazendo parte desse processo. E de maneira? Ao invés de apenas incorporar, memorizar, o discurso do professor, (que tanto se critica atualmente), o aluno pudesse expressar seu ponto de vista, seu conhecimento prévio, críticas, sugestões, enfim, questionar sobre o saber que porventura venha a contribuir para enriquecer seus conhecimentos adquiridos. E para isso, há métodos e técnicas que podem auxiliar nesse exercício.

Defende bem, Oswaldo Rays ao explicitar que: “o método trás dentro de si a finalidade de alcançar um propósito, não se tratando, porém, de uma direção qualquer, mais daquela que leva de forma mais segura à consecução de um propósito estabelecido”⁵. Até porque, o conhecimento não é um dado

⁵ Oswaldo Rays, apud: Ilma P. Alencastro Veiga. “A Questão da Metodologia do Ensino na Didática Escolar” In : Repensando a Didática, 16ª Edição, editora Papiros, São Paulo, Campinas, 1995, p. 85.

pronto e acabado, para ser apenas transmitido, é “algo” que se constrói nas relações e conquistas, sobretudo, porque fazer parte da história é mais importante do que escrevê-la e, mais ainda, do que simplesmente copiar modelos e incorporar saberes adquiridos pelo outro, tal qual, sem passar pelo crivo da reelaboração, do resignificado, entre outros.

As técnicas de ensino exercem uma função importante no processo de ensino-aprendizagem, permeando as relações entre professor e aluno na sala de aula, no entanto, não devem ser entendidas como algo definidor do conhecimento e, sim, como um elemento que contribui ao desencadeamento das atividades pedagógicas, visando dinamizar a aula e incentivar o aluno ao exercício da participação, em torno da discussão sobre a temática abordada. Partindo dessa concepção, devemos considerar o lugar da técnica e suas respectivas funções; sobretudo porque apesar de “toda técnica encarnar os princípios pedagógicos, instrucionais, educacionais e políticos que a sustentam, (...) não define o ideal educativo, mas o contrário”⁶.

Nesse sentido, só a técnica de ensino é insuficiente para realizar o processo de ensino e aprendizagem; é necessário encadeá-la a outras formas de aquisição do conhecimento, como por exemplo: estudo de texto, seminário, aula audiovisual, visita aos museus, etc. Isto somado, implica no incentivo ao aluno frente aos novos experimentos no campo de construção do saber, uma vez que irá tratar com fontes históricas diversas, bibliografia, discussão, debate, exposição, expressão, trabalho em equipe, entre outros. Sendo assim, é possível haver diálogo entre o professor e a turma, sem perder de vista, o conteúdo e os objetivos, previamente determinados, seja pelo currículo escolar ou pelo professor.

⁶ Oswaldo Alosó Rays. “A Questão da Metodologia do Ensino na Didática Escolar “ In. Técnicas de Ensino – Por que não? Papirus. Campinas, São Paulo, 1995, p.85.

Todavia, o que não deve ocorrer é a falta de planeamento acerca das tarefas pedagógicas a serem trabalhadas nas aulas, principalmente, no tocante aos aspectos de como, o que e para quem ensinar história; pensá-los separadamente poderá incorrer num grave problema ao desenvolvimento das atividades, sobretudo no que diz respeito a dicotomia entre a teoria e a prática, do cotidiano escolar. É como se nos perguntássemos se o olho direito é mais importante do que o esquerdo quando direcionados para um determinado lugar. Em outras palavras, isto quer dizer que o conteúdo, o objetivo, a metodologia, não devem prescindir um do outro.

Mediante esses pressupostos, “a metodologia do ensino – por paradoxal possa parecer – necessita evitar métodos que fazem da ação didática uma rotina pedagógica. (...) “ À metodologia do ensino cabe, pois, uma parcela de responsabilidade na formação crítica e criativa, do educando e do educador”⁷. Nessa relação há muito o que se aprender, como por exemplo: que a escola não é uma forma de onde sai o conhecimento padronizado, como se existisse o modelo de saber instituído, e, sim, um lugar onde é possível numa parceria entre professor, aluno e escola, construir caminhos, traçar metas, perspectivar novas conquistas, para então, adquirir conhecimentos amplos e produtivo para a vida pessoal, intelectual e profissional.

Nos dias de hoje uma questão aflige alunos e professores, em torno do ensino da história; pois, os alunos de hoje já não são mais os mesmos de ontem, ou aqueles que acreditavam no ideal de transformação sociedade para uma sociedade mais justa e igualitária, tal como pensavam (e/ou pensam) os marxistas e os positivistas, cujo ideal era defender a idéia de uma nação fundamentada na ordem e no progresso, adquiridos através dos feitos dos grandes homens (“heróis da história”), que tanto foram e ainda são,

enaltecidos pela “historiografia oficial tradicional”, que enche as páginas dos livros didáticos com letrinhas e ilustrações, muitas vezes, invisíveis ao olhar dos alunos.

Talvez a falta de interesse pelo estudo da história, por parte da maioria dos alunos do ensino fundamental e básico, principalmente, encontre respaldo no fato de essa história “gloriosa”, “maravilhosa”, “harmônica”, que aparece à sua frente, não dispor de algo condizente à sua realidade com relação ao entendimento e compreensão, acerca do conhecimento histórico. Todavia, é sabido que a maneira como a disciplina vem sendo trabalhada desde há algum tempo, deixa a desejar; pois, tem se apresentado de forma impertinente aos interesses e necessidades dos alunos.

Como percebemos essa indiferença? Ora, é simples. É bastante comum ouvir dos alunos comentários do tipo: “a disciplina de história é chata”; “para que serve estudar história?”; “história é coisa do passado”; “o que isso tem a ver com o presente da gente?”; é só decoreba!”. Essas são as principais questões que compõem a aversão dos alunos, entre tantas outras que são atribuídas a história. Essa indiferença não está presente só no meio educacional, mas está também, e fortemente, no meio social. Não é apenas na escola que nos deparamos com situações como esta; quotidianamente esbarramos em alguém que simplesmente a ignora, talvez desconheça o significado do que venha a ser a história e sua funcionalidade na compreensão do existir e do devir.

Um acontecimento me despertou atenção, durante o estágio da “prática de ensino”, que foi o fato de apesar dos alunos demonstrarem desinteresse pela disciplina, uma vez trabalhado os conteúdos de uma maneira mais próxima de seu universo cotidiano, onde a tradição cultural histórica do

⁷ Of. Idem. Ibidem, pp. 90-44.

passado se cruzava com o presente do aluno, desinteresse e interesse se transformavam em curiosidade, despertando o senso crítico do aluno diante do assunto abordado, e o mais interessante é que não foi preciso utilizar recursos didáticos sofisticados, a partir de uma simples gravura retirada de um dos livros didáticos, possibilitou resultados surpreendentes acerca do envolvimento e participação, dos alunos na aula. Estamos diante de uma prova concreta de que é possível fazer algo para mudar o “pré/conceito” criado em torno da disciplina de história e seus respectivos valores e significados.

É possível repensar o ensino da história? Provavelmente sim. E mais que possível, é necessário. As novas abordagens teórico-metodológicas estão cada vez mais promissoras, possibilitando alargar as fontes de pesquisas, dinamizar as aulas, ampliar o campo do conhecimento histórico. Como afirmara Carpenter: “(...) é possível apresentar a história como um passado vivo, decompondo a narrativa monolítica em ‘épocas’ dentro das quais se procederia a uma análise exemplificativa abrangendo ‘costumes sociais’, ‘problemas religiosos’, as ‘artes’, sem perder de vista o desenvolvimento político”⁸.

Nesse sentido a investigação sobre o passado e a história social, ambas fundamentadas nos princípios da “Nova História”, podem servir como incentivo para despertar o interesse do aluno com relação a história, sobretudo porque trata de aspectos mais próximos de suas vivências e realidades.

Dessa forma, questões como as que afligem os alunos recém-formados, como por exemplo: ao sair da universidade levando em suas bagagens um fardo de teorias para descarregar na sala de aula, e chegando lá se deparam

⁸ Carpenter, apud: Jonh Chaffer e Taylor Lawrence. “Que história se deve ensinar? Valores da cátedra e Finalidades do ensino – Uma tensão?”. In: A História e o professor de história. Livros Horizontes. Lisboa. 1984, p. 45.

com uma realidade um tanto quanto delicada, no que refere ao estudo com a história, e para não conviver nem contribuir com o descaso atribuído a disciplina, deve antes de tudo refletir, selecionar, planejar, os melhores caminhos de acesso ao trato com a história no momento de trabalhar os conteúdos com seus alunos; sobretudo porque esses pré-requisitos são fundamental e indispensável ao exercício do professor-historiador. São eles que poderão contribuir para melhorar a qualidade do ensino, do contrário, a tendência será perpetuar a imagem do pré/conceito criado e disseminado em torno da disciplina/história.

Um método significativo para trabalhar com a história é, ao invés de trabalhar os períodos, optar pela temática, que poderá render resultados mais produtivos, e permitirá um exercício mais crítico, pautado numa problematização acerca do assunto abordado, além de dá oportunidade ao aluno para se posicionar e expor seu ponto de vista, questionar, criticar, construir julgamentos, etc. Segundo Castanho: “é preciso também exercita-se em fazer desafios intelectuais ao aluno, usando a imaginação; levá-lo a fazer comparações e estabelecer diferenças; não querer padronizar; ser professor de todos e de cada um”⁹.

Por fim, certamente as trilhas do conhecimento histórico continuarão indicando os caminhos. Resta saber se vamos seguí-los e de que maneira. Pois como dissera Miceli: “É necessário ter coragem de transformar em cinzas ou adubos pilhas e pilhas de livros didáticos, lidos e relidos sem tesão de qualquer tipo. É necessário ter coragem de superar e ignorar programas oficiais, burlar vigilâncias, criar e aceitar novos desafios e experiências. É necessário ter coragem de lutar de todas as formas para que, na voz de seus

⁹ Castanho, apud: Lúcia M. Moysés. O desafio de Saber Ensinar. 3.ª Edição, Papyrus, Campinas, São Paulo, 1998, p. 45.

profissionais, a história ganhe respeito e importância, mesmo quando isso pareça impossível”¹⁰.

¹⁰ Paulo Miceli, “O quadro (muito) negro do ensino no Brasil”. Obra coletiva referente ao Convênio CENP/ UNICAMP, Editora Papyrus, Campinas, s/d. p. 41.

PLANEJAMENTO DE ENSINO: Um apêndice da burocracia escolar? Ou atividade necessária ao ensino-aprendizagem?

A idéia de trabalhar com a temática sobre planejamento de ensino, surgiu mediante as discussões em torno dos textos abordados nas aulas da disciplina da “Prática de Ensino”, ministrada pela professora Erônides Câmara Donato (Nilda); e também, a partir de um trabalho realizado na disciplina de “Didática”¹, cuja finalidade visava fazer uma entrevista sobre planejamento de ensino, com professores de 1^o e 2^o graus de escolas pública e privada. Diante dos resultados obtidos na entrevista, bem como, das discussões de sala de aula, uma questão veio à tona me fazendo indagar: o planejamento de ensino é uma atividade importante ao ensino e à aprendizagem ou é apenas um apêndice da burocracia da escola? Partindo desses pressupostos, essa será a questão que servirá de eixo ao desenvolvimento da referida temática que ora pretendo trabalhar no relatório.

Durante as aulas da Prática de Ensino, um dos textos trabalhados na sala de aula me despertou a atenção, que foi “Carbono para planejamento”² de E. F. Silva. O texto trata de um diálogo entre duas personagens acerca do planejamento de ensino, que lhes fora exigido pelo diretor da escola na qual lecionam. Conhecendo alguns trechos do diálogo é possível perceber o que denominei de apêndice da burocracia, que infelizmente não é apenas a fala das personagens, uma vez que essa é uma realidade comprovada na maioria dos casos; à exemplo disso, através da própria experiência vivenciada ao realizar o

¹ Trabalho realizado no período 97.2, na disciplina de “Didática”, ministrada pela professora Glória de Fátima (DE). A finalidade desse trabalho, consistiu na realização de uma entrevista com professores de 1^o e 2^o graus das escolas pública e particular, sobre “planejamento de ensino”.

² E. T. Silva. “Carbono para Planejamento” In: Magistério e Mediocridade. Cortez, São Paulo, 1992, p. 35.

trabalho com professores, ao qual já fora feita referência anteriormente, é possível explicitar resultados que confirmam essa triste realidade.

Vejamos então, parte da fala das personagens:

_ “Alô, é da casa da D. Mariazinha?”

“(...) _ Pode falar Carmem, aqui quem fala é Mariazinha. É sobre o maldito planejamento do ensino. Eu nem sei por onde começar e o meu diretor quer essa coisa pra amanhã cedo.

_ Olha: pegue o mesmo do ano passado. Muda uma ou duas sentenças e entregue. Todo mundo faz isso...

_ Só que eu comecei a lecionar este ano, sabe? E a outra professora que eu substituí nem tinha plano. Dá pra você me ajudar?

_ Eu aqui em casa só tenho a minha cópia carbono. Acho que ela não dá xerox - está meio apagada...

_ Lá na escola quem faz o plano é D. Chiquita. Ela datilografa as cópias com carbono para facilitar. Imagine se eu vou perder tempo com isso. O diretor nem verifica: ele pega, dá uma olhada por cima e tranca na gaveta.

_ É mesmo é? E você tem por acaso o telefone da Chiquita? Vou entrar nessa também!³

O diálogo das personagens quando comparado aos resultados da entrevista, são compatíveis não somente entre si, mas com a realidade da escola e dos professores que, por desconhecer ou ignorar a importância de se planejar as aulas, acabam transformando a atividade de planejar em algo “monstruoso” e temido frente às atividades cotidianas de sala de aula. Do contrário, ao invés de considerar o planejamento um exercício impertinente ao

dia-à-dia de trabalho na escola, tentasse adequá-lo aos interesses e necessidades de ambos, tanto de si próprio como dos alunos. Certamente, os resultados seriam mais proveitosos.

Ao entrevistar os professores, perguntei sobre a importância do planejamento de ensino, as respostas vinham encadeadas basicamente da mesma forma, ou seja, consideravam importante, no entanto, não faziam uso dele. A maioria dos entrevistados se quer elaborava seus planos de aula. A partir disso, não é necessário abordar outras questões, inclusive, as que foram elaboradas para a entrevista, para percebermos como o planejamento de ensino é visto pelo profissional do meio escolar.

Chega a ser assustador a falta de interesse e responsabilidade, daqueles que se dizem professor e educador, sobretudo porque como é possível ser um “bom” professor sem ao menos planejar o que vai ensinar aos seus alunos; e até mesmo, desconhecer a eficácia, a função e a importância de selecionar, elaborar e planejar os conteúdos a serem trabalhados, uma vez que estes, de uma forma ou de outra, irão influenciar o processo de ensino e aprendizagem ao longo do desenvolvimento e formação do aluno.

Vivemos numa sociedade capitalista em pleno final do século XX, na qual há ainda vários e graves problemas, relacionados à educação, principalmente, quando se trata da dicotomia entre a teoria e prática, muito presente no meio escolar/educacional. Entretanto, para entender o sistema educacional da nossa sociedade e fazer valer, conhecer só a realidade da escola é insuficiente, deve-se ir além e considerar a dimensão no qual o sistema está inserido. Nesse embate de forças, temos de um lado, os que detêm o poder de decisão, responsáveis pelas determinações e, de outro, os que executam as decisões que lhes são atribuídas, no caso da educação escolar, os

³ Idem, *ibidem*, p. 35.

professores. E tem sido assim: “as decisões sobre o que, como, para que e para quem fazer, serão na maioria das vezes tomadas por um pequeno grupo dentro da organização hierárquica que se estabelece nesse modelo de sociedade (...) Dessa forma, o professor, como profissional assalariado que é quase sempre não participa do momento de concepção do processo de ensino. Ou seja, não lhe compete definir objetivos, selecionar e organizar os conteúdos que irá trabalhar com seus alunos (...)”⁴. Em outras palavras, cabe ao professor executar apenas o que foi determinado e imposto.

Vale ressaltar um questionamento: o professor deve realmente obedecer a essas determinações que, na maioria das vezes, em pouco ou nada, contribuem para o desenvolvimento do trabalho na sala de aula, sobretudo, se considerar que geralmente não condizem com a realidade da escola, do aluno e do professor? Diria que não. Como costuma dizer uma das minhas professoras, devemos “ousar” e buscar sempre mais, “tirar leite de pedra”, se for possível. Esta ressalva só será válida no caso daqueles que realmente comprometem-se com as responsabilidades de seu trabalho e as cumpre com prazer, por gostar do que faz. Só assim será possível contribuir para mudar o quadro da mediocridade que tem enfeitado as nossas escolas, principalmente as públicas.

A concepção de educação que circula no cotidiano do âmbito escolar, consiste em cumprir os programas já previamente estabelecidos pelos órgãos “competentes” ligados ao sistema educacional “maior”. “Isso decorre de uma concepção de educação que vê o processo de ensino como um processo de distribuição de conhecimento que é previamente definido, desvinculado dos problemas postos pela prática social. É a teoria como guia da ação prática”⁵.

⁴ Pura Martins, apud: Ilma Passos Alencastro Veiga. *Repensando a Didática*. 16ª Edição. editora Papiros, Campinas - S.P., 1995, p. 79.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 80.

Apesar dessa concepção, podemos partir da hipótese de que seria possível adaptar o que já vem pronto e acabado nos currículos, às realidades e necessidades da escola, casando com as realidade e interesse dos professores e alunos. E de que maneira? Modelo, fórmula, com certeza não há, porém a partir de um bom planejamento de ensino, realidades deficitárias e impertinentes podem transformar-se em atividades dinâmicas e produtivas, possibilitando um melhor desempenho das atividades de sala de aula, bem como, o desenvolvimento e a construção de um novo saber entre os alunos.

Vale ressaltar algumas considerações ao planejamento de ensino. São inúmeras as palavras que podem conceituá-lo, no entanto, podemos dizer que o planejamento consiste numa ação que visa executar as sub-ações que porventura venham a desenvolver-se. Em outras palavras: “é um sentido mais genérico, mais amplo, a aplicação de análise sistemática e racional ao processo de desenvolvimento educacional com o objetivo de tornar a educação mais eletiva e eficiente no atendimento às necessidades e metas dos estudantes e da sociedade”⁶. Haja visto que, o planejamento deve ser democrático e considerar as múltiplas vertentes desencadeadoras de novos conhecimentos. Como afirma Menegolla: “somente com a elaboração do planejamento se pode estabelecer o que se deve realizar para que essas finalidades possam ser atingidas, e ver como pôr em ação os recursos e meios para atingir os objetivos a que se propõe a educação”⁷.

O planejamento deve ser pensado e elaborado para refletir diretamente sobre as necessidades do aluno, mas ao que parece, o que ocorre nas escolas tem outra conotação bastante diferenciada dessa concepção. Ou seja, o que

⁶ P. H. Coombs; C. A. Anderson; R. Poignant; I. Hallak e C. E. Beeby. Fundamentos do Planejamento Educacional. Editora Cultrix, São Paulo, 1981, p.10.

⁷ Maximiliano Menegolla e Elza Martins Sant'Anna. Por que Planejar? Como Planejar? 4ª edição, editora Vozes, Petrópolis – R.J. 1996, p. 31.

acontece nas escolas são os famosos planejamento “enfadonhos”, de pouca utilidade, isto, quando são elaborados e postos em execução. E porque esse descaso e relutância com relação a idéia de planejamento de ensino? Talvez seja pela própria falta de conhecimento da importância e funcionalidade. E portanto, a descrença e a indisposição frente a uma idéia que pode suscitar novas possibilidades para o ensino.

Por que será que a maioria dos professores demonstram aversão ao planejamento de ensino? As respostas podem ser várias, porém, com as mesmas características; ou seja, que o planejamento exigido pela escola já é previamente definido, que o plano não tem utilidade na execução das tarefas de sala de aula, que serve apenas para aumentar o estoque de plano das gavetas da escola, enfim, essas são as desculpas mais comuns entre tantas que são possíveis de se ouvir dos professores, em sua maioria, principalmente, dos que lecionam em escolas de primeira e segunda fases do ensino fundamental. Diante dessa situação, tudo nos leva a crer que há professores que desconhecem o ato de planejar as aulas e as executem de forma aleatória, geralmente, dissociada da teoria e da prática. Devemos salientar que não há um plano-modelo ideal à ser seguido, mas, planos e modelos que podem adequar-se às necessidades do professor, dos alunos e das atividades escolares. E assim, ao invés de plano padrão, cuja serventia tenha rumo certo na direção das gavetas da burocracia escolar, planos simples, flexíveis, que possibilitem a dinamização do ensino, principalmente, quando trata-se da disciplina de História, já que aparece no cotidiano escolar da maioria dos alunos, como a disciplina “enfadonha”, “chata”, “decoreba”.

O planejamento é fundamental em qualquer ocasião, seja na vida pessoal ou profissional. Na sala de aula é indispensável, pois, não pode prescindir das trilhas de acesso ao saber; um saber que permita construir-se

numa parceria entre professor, alunos e atividades, para que juntos possam comungar das múltiplas experiências e vivências, resultantes do contato com o novo, com o desconhecido, em busca de um conhecimento eficaz e produtivo.

Só assim, será possível contribuir para um bom desempenho e desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, bem como, organizar e propor os objetivos que norteará as aulas e o conhecimento que se proponha adquirir no exercício de sala de aula; pois, “os objetivos se tornarão determinantes de toda a estrutura e desenvolvimento do ato de planejar e executar o plano na sala de aula. Todas as decisões a serem tomadas no planejamento e na própria dinâmica de agilização do plano devem se fundamentar nos objetivos, pois esses são a força e a alma do plano”⁸. E, portanto, todo plano está sujeito a imprevistos, reelaboração, adaptação e, por isso, deve ser flexível, simples e funcional.

No âmbito escolar quando se pensa em planejamento de ensino, vem à tona a idéia de um processo no qual engloba os aspectos com os objetivos, os conteúdos, os recursos didáticos, a avaliação, a bibliografia. Todavia, sabe-se que a atual realidade escolar, com ênfase à da rede pública e, especialmente com relação a ação pedagógica, é precária, e sem planejamento tende a se complicar cada vez mais. No entanto, porém, não é irreversível. Contando com o apoio de um bom planejamento de ensino, surgirá oportunidades que possam contribuir para a transformação desse quadro caótico.

Ao planejar as aulas a serem trabalhadas com os alunos, é importante selecionar os conteúdos de forma condizente com a realidade da turma e, principalmente, considerar que “o conteúdo é parte integrante da matéria-prima é o que está contido em um campo de conhecimento. Envolve informações acumuladas pela experiência do homem em relação a um âmbito

⁸ Idem, *ibidem*, p. 77.

ou setor da vida humana”⁹. Além disso, não podemos escamotear fatores imprescindíveis como o psicológico; a realidade sócio-econômica e cultural dos membros engajados no processo do ensino-aprendizagem, como a escola, o professor e, principalmente o aluno; respeitar a faixa etária da turma; considerar as condições dos recursos didático-pedagógicos; utilizar uma linguagem acessível ao tratar os conceitos; etc.; enfim, esses são os ingrediente que compõem a receita ao sucesso do ensino-aprendizagem.

Mediante esses pressupostos, podemos dizer que o planejamento de ensino é uma atividade necessária sim, sobretudo porque possibilita o desenvolvimento do ensino-aprendizagem de uma maneira dinâmica, eficaz, produtiva; garante maior segurança sobre a temática trabalhada nas aulas; evita a rotina e a improvisação desnecessárias; contribui para a seleção e organização do material a ser trabalhado; permite pensar numa metodologia adequada aos objetivos e conteúdos; enfim, alarga as possibilidades para professor e aluno juntos, desenvolverem um raciocínio crítico e produtivo acerca do conhecimento adquirido, sempre buscando resignificar, na perspectiva de que possa alcançar bons resultados e realizações, no campo pessoal, intelectual e profissional.

E assim, cabe ao professor e demais membros envolvidos com o compromisso da educação, assumir a responsabilidade de que tem em suas mãos a oportunidade de informar e formar, não só alunos conhecedores dos conteúdos ensinados, mas acima de tudo, alunos-cidadãos conscientes de seu papel social e político na sociedade da qual fazem parte, para que não sejam mais um na lista dos vencidos pelas diferenças. Contribuir para a melhoria na qualidade de ensino pode ser uma tarefa difícil, jamais, impossível; do contrário, cruzar os braços e atirar a culpa da mediocridade e dos problemas,

⁹ Turra, apud. idem, ibidem, p. 69.

sobre o governo e demais órgãos educacionais, esperando que estes acordem do sono profundo no qual encontram-se mergulhados para solucionar todas as dificuldades, tanto pode ser mais difícil quanto utópico.

Nessa perspectiva, a escola é o canal de acesso às novas conquistas no campo do conhecimento, do saber. E, mais que isso, pode ser o veículo que conduzirá, não só os alunos que aí estão, mas as futuras gerações, ao caminho da aprendizagem e do conhecimento sobre os seus direitos de aluno e de cidadão, no exercício de questionar, criticar, construir julgamentos, participar como agente integrante do seu meio educacional, cultural, social e político.

ENCONTRO COM A SALA DE AULA: MITOS E REALIDADES

“A ignorância e a ausência do conhecimento, constituem a causa da maldade dos homens”

Platão.

À nós, alunos recém-formados saindo da universidade, ultrapassando as muralhas do lugar de produção de um saber institucionalizado, acadêmico, para adentrar ao universo do cotidiano de sala de aula, é quase um desafio, e como tal, nos deparamos com a dicotomia entre mito e realidade. É bastante comum a convivência com o discurso do tipo: “a escola pública não oferece condições para o bom desenvolvimento do ensino e da aprendizagem”; “os alunos não querem nada com os estudos”; “os salários são baixos”; “a estrutura da escola é precária”; enfim, “o sistema educacional da rede pública é deficitário, caótico”. Porém, onde está o compromisso e a responsabilidade daqueles que fazem a escola, que informam e formam seus alunos? Estão lutando para mudar a realidade deficitária ou estão contribuindo para fortalecer os mitos e ou acirrar os problemas já existentes? Sabemos que problemas e dificuldades existem; mas os mitos criados em torno da escola pública de seus respectivos alunos, não podem transformar-se em justificativas para ocultar os descasos; a falta de disposição e de compromisso para com os problemas da escola e dos alunos.

Esse é o retrato da escola pública que nos é pintado, principalmente quando chega o momento do nosso estágio na sala de aula, que ocorre geralmente no último semestre do curso (História) e, portanto, como concludente, através da disciplina de “Prática de Ensino”, nos é concedida a

oportunidade de estagiar nas escolas de 1º e 2º graus, especialmente na rede pública.

A partir de então, damos os primeiros passos no campo profissional do professor, e no meu caso, como estagiária da disciplina de História. Esse é um momento importante porque nos permite exercitar na prática as experiências e conhecimentos adquiridos, em especial, durante a vida acadêmica. Na minha concepção o exercício do professor-historiador requer paixão, criatividade, compromisso, entre outros. Pensando a partir dessa compreensão, me preparei para enfrentar essa etapa (última) do curso de História. Confesso que esse é também um momento de tensão gerado pela expectativa desse encontro com a sala de aula. Um encontro esperado há muito tempo, e, em virtude dessa ocasião, gostaria de abordar uma questão que considero ser bastante deficitária no curso, que diz respeito ao fato de ser um curso de licenciatura, cuja finalidade em primeira instância, seja formar professores para trabalhar com alunos de 1ª e 2ª fases do ensino fundamental e, no entanto, só ao final do curso o aluno terá acesso à prática de sala de aula.

Partindo desses pressupostos, um questionamento: será que é válido acumular teorias, conhecimentos por vários e vários anos e só colocá-los em prática em um único estágio relâmpago numa dessas escolas que nos recebem como estagiários, muitas vezes até atropelando o prosseguimento das atividades, já que caímos de pára-quedas damos nossas aulas e levantamos vôo em seguida? Além disso, o referido estágio tem uma característica marcante à título de avaliação; ou seja, somos observados entre os vários aspectos que compõem o profissional de História, sobretudo no requisito capacidade de aptidão ao exercício da prática de sala de aula e, a partir disso, nos é atribuída uma nota. Será que não está na hora de repensar os programas,

os critérios, os requisitos, que contribuem para a formação do profissional de História, inclusive, a própria “prática de ensino”?

Outro aspecto relacionado diretamente ao curso de História, diz respeito às correntes teórico-metodológicas que o fundamenta. São elas que muitas vezes surpreendem os alunos durante e após o curso, bem como, autoras do dilema ao qual nos submetemos ao fazermos as escolhas por determinada corrente, ou outra. As abordagens teórico-metodológicas da História são várias, resta saber com qual delas nos identificamos melhor; sejam de cunho “tradicional”, “positivista”, “marxista”, ou as novas tendências historiográficas como “a Nova História Social Francesa” da Escola dos Annales, por exemplo. Só assim, será possível escolher a linha de pensamento que norteará o nosso exercício de historiador, e mais que isso, que possibilite alargar as fronteiras do conhecimento histórico.

Nesse sentido, trilhamos os caminhos que nos conduziram ao primeiro contato com o exercício do professor historiador na sala de aula. Uma das escolhas para esse exercício, surgiu no seio de uma aula da disciplina de “Metodologia do Ensino”¹, ministrada pelo professor Benjamim Montenegro, ao propor à turma a possibilidade de se dá uma aula a partir do “tradicional”², mas, pautada nas novas abordagens teórico-metodológicas, que permitissem inovar, dinamizar, tornar o ensino eficaz, envolvente, com a finalidade despertar o interesse do aluno pelo estudo da História. Não somente a história sacralizada dos livros didáticos, com a qual os alunos estão habituados e, sim, uma história mais próxima de suas realidades.

¹ A disciplina citada é Metodologia do Ensino na Escola de 1º e 2º Graus: que fora ministrada pelo professor José Benjamim Montenegro (DHG), no semestre de 97.2.

² A referência ao tradicional, diz respeito à forma como os conteúdos aparecem nos currículos escolares das disciplinas, bem como, à metodologia aplicada para se trabalhar com o estudo da história, que se restringe basicamente a reprodução do conteúdo explícito nos livros didáticos

Geralmente o estágio da prática de ensino acontece nas escolas da rede pública estadual; neste semestre de 98.1 a escola designada foi a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Ademar Veloso da Silveira. Assim como toda escola, nesta, alguns aspectos foram considerados, seja a escola à nível de estrutura e infraestrutura, a formação do professor (História) ou os alunos em suas especificidades; pois, esses elementos somados, podem resultar em algumas dificuldades que são comuns no meio educacional, mas também, podem ser evitadas se consideradas dentro do contexto de suas realidades, ao invés de serem ignoradas e tomadas como justificativas, levando ao cruzamento de braços e ao fechamento de olhos, por parte daqueles que fazem a escola, o que conseqüentemente, só tende a piorar ainda mais a situação.

Com essa concepção, encaramos o desafio de planejar as aulas a partir do conteúdo programático, apontado e previamente definido pela escola e pelos professores titulares da disciplina, cuja exigência foi que se cumprisse todo conteúdo designado ao 3º bimestre do ano letivo de 1998. Mesmo assim, não perdemos de vista o objetivo de fazer da aula uma atividade na qual os alunos pudessem participar, questionar e discutir sobre o assunto abordado; visando com isso, proporcionar o estudo da história de uma forma dinâmica e flexível, permitindo ir além do exercício do tipo: cópia de conteúdo no quadro de giz e dos “famosos” questionários “decorebas”; atividades bastante comuns quando se trata de uma disciplina como a de História.

Ao primeiro contato com a sala de aula a impressão que temos é que a disciplina de História se transformou em sinônimo de aversão, uma vez que ouvimos da maioria dos alunos, murmúrios do tipo: “ah, história é coisa do passado”, “só fala dos grandes acontecimentos”, “além de chata é decoreba”. Passado o primeiro susto, logo percebemos que isso não passa de “histórias furadas” e mal “contadas”, ao passo que, basta apenas trata-la numa

perspectiva mais próxima do mundo dos alunos, para notarmos a diferença. É claro que toda regra tem exceção, e nesta, estão incluídos alguns alunos que ainda não despertaram-se para o prazer de estudar história.

Diante de uma situação como esta, indagamos sobre os motivos que teriam levados os alunos a elevarem a disciplina de História a esse nível, no entanto, não precisamos ir longe para buscar respostas mais profundas, uma vez que conhecemos de perto a maneira como a disciplina vem sendo ensinada desde a sua fundação aos dias de hoje, como também, os valores e significados à ela atribuídos, que em sua maioria são impertinentes a realidade dos alunos. Poderíamos questionar: que sentido faz falar de fatos e acontecimentos históricos, sem fazer referências aos conceitos de tempo, espaço, valores, por exemplo, com a realidade e vivência do aluno?

Os conteúdos explícitos nos livros didáticos só não bastam, eles não falam por si sós como pensavam os positivistas Comtinos com relação aos fatos históricos, eles estão aí para serem conhecidos, discutidos, questionados, resignificados, para servir como o lugar de partida à construção de novo saber, um lugar que guarda em si marcas das experiências e vivências de um dado momento histórico. E como tal não pode prescindir do universo dos alunos; talvez essa seja a diferença que faz a indiferença dos alunos com relação a História. Até porque a história oficial se incumbiu de ocultar as diferenças entre os dois lados da força; ou seja, de um lado os “fortes”- os vencedores, que aparecem explicitamente nos livros didáticos e, do outro; os “fracos”- os vencidos, esquecidos na poeira do passado, guardando quem sabe, até uma história mais bonita e interessante; pois bem, a história dos vencidos não faz parte do mesmo universo da dos vencedores, nesse caso. E assim, se comparássemos essa dualidade com a realidade da história que é ensinada nas

escolas, certamente, encontraríamos respostas surpreendentes acerca da aversão criada em torno da mesma, por boa parte dos alunos.

Portanto, na tentativa de romper com essa história factual enaltecida dos “heróis” e dos “grande feitos”, optamos por trabalhar a disciplina de história de forma que possibilitasse o cruzamento de idéias entre passado, presente e futuro, relacionados à realidade, interesse e necessidade das turmas. E de que maneira? Planejando as aulas com objetivo de questionar e discutir criticamente o assunto abordado, com a finalidade de despertar o interesse do aluno para o desenvolvimento do exercício de construção de um raciocínio crítico em torno da temática trabalhada, bem como, de outras formas de conhecimento como os seus direitos de cidadão, por exemplo.

O exercício foi um desafio, pois não é fácil de uma hora para outra mudar “algo” que demandou anos e anos de construção, como no caso do sistema educacional de ensino, em especial, o ensino da história, e menos ainda a partir de um único estágio de um professor recém-formado que vai à sala de aula tomado pelo entusiasmo das novas possibilidades de se trabalhar com a história e se decepciona por ser barrado na primeira tentativa, seja por meio da burocracia curricular ou pela aversão criada em torno da disciplina. Mesmo assim, devemos persistir e nunca ceder às dificuldades que por ventura venham a cruzar nosso caminho. Portanto, partindo desses pressupostos e com a orientação do professor-orientador – Benjamim Montenegro, planejamos as aulas a serem trabalhadas durante o estágio “prática de ensino”. Algumas aulas tiveram que ser reelaboradas, adiadas, e até, canceladas em virtude dos feriados (que foram vários), das atividades da escola, (como gincana, por exemplo) e também da greve dos professores que atingiu parte do bimestre, mais precisamente o final.

Com relação ao material utilizado como recursos didáticos, podemos destacar: texto escrito com base nos conteúdos dos livros didáticos e outros teóricos, acerca da temática abordada, ressaltando que não fora seguida uma linha específica de pensamento teórico-metodológica; quadro e giz; mapas; vídeo; televisão; cartazes; painel de figuras ilustrativas e música. Acompanhando os recursos didáticos a metodologia foi aplicada mediante a realidade da turma, pois, alguns aspectos fundamentais foram considerados, como o fato de a maioria dos alunos trabalhar durante o dia; a falta de acesso aos veículos de comunicação como revistas e Internet, por exemplo, entre outras coisas de menos peso.

Quanto ao desenvolvimento da aula, basicamente, partia do registro da presença no diário de classe, prosseguindo com a leitura de texto seguida de explicações e questionamentos sobre o assunto tratado, sempre permeada pelas conversas paralelas entre os alunos menos interessados na aula e mais atentos às revistas que folheavam ansiosos para conhecer o seu conteúdo, por exemplo. No entanto, quando a aula era audiovisual ou a partir de mapas e painéis ilustrando a temática, além de dinamizar a aula proporcionava um melhor entrosamento da turma, despertando e incentivando a capacidade criativa do aluno para o desenvolvimento de um raciocínio imaginativo e crítico, acerca do conteúdo tratado; visando com isso, que o mesmo não fosse apenas absorvido e armazenado numa espécie de reservatório do saber.

Quando a aula tinha que ser interrompida devido ao extrapolamento do limite das conversas entre os alunos, acontecimento que geralmente causava um certo conflito com relação ao interesse daqueles que estavam preocupados em aprender algo sobre o assunto, tentávamos tirar desse ponto “negativo” oportunidades para discutir questões como respeito, coleguismo, direito de expressão, entre outros. Vale ressaltar que esses pequenos impasses,

além de contornáveis, são comuns, sobretudo porque a faixa etária das turmas (5º e 2º anos do ensino fundamental) está relacionada a uma etapa especial na formação da identidade pessoal, uma vez que para a maioria a adolescência acabara de chegar; e por ser uma fase de características conturbadas na vida dos adolescentes, a tendência é que eles encarem o seu entorno num clima de efervescência e rebeldia, pois são movidos pelas expectativas de tudo querer experimentar, entender, compreender, todo ao mesmo tempo.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, as aulas foram planejadas e executadas mediante o possível; cujos objetivos visavam alcançar resultados além dos previamente elaborados para fazer cumprir o conteúdo predefinido pelo currículo escolar. A finalidade maior consistia em despertar o interesse do aluno para além da prática de sala de aula com a qual estava habituado a lidar quotidianamente, como por exemplo: copiar a matéria, decorar questionários imensos, reproduzir no exercício de avaliação o conteúdo repassado pelo professor, etc. Na tentativa de romper com essa tradição, a avaliação foi pensada e elaborada na perspectiva que possibilitasse avaliar o desempenho e desenvolvimento da turma de modo geral. E, portanto, optamos pela avaliação contínua, considerando os critérios como participação nas aulas, capacidade criativa ao realizar os exercícios de aprendizagem, cumprimento das tarefas. Somadas as atividades, atribuímos uma determinada nota aos alunos, considerando os critérios previamente definidos e estabelecidos, numa parceria de comum acordo entre as partes (professor e aluno).

Apesar desse exercício de ruptura do tradicional, uma vez que os alunos estavam habituados a dá conta do conteúdo exigido na prova, apenas como forma de conhecimento da matéria e, talvez por isso, muitas vezes chegavam a abominar a disciplina, ainda assim, alguns alunos não realizaram as atividades

propostas, alegando não dispor de tempo porque trabalhavam durante o dia, justificativa que fora entendida com falta de interesse ou pura displicência, já que no horário da aula se quer aproveitavam o momento para explicitar algum tipo de interesse pelo estudo; pelo contrário, tentavam desviar a atenção dos colegas durante a aula. Infelizmente, esse é um dado concreto, para não dizer comum, entre jovens que ainda não descobriram o prazer de estudar, senão outras disciplina, mas pelo menos, a História.

Todavia, vale salientar que não podemos ir além do horizonte, embora tenhamos que almejar o impossível para alcançar o possível. Mesmo diante dos obstáculos e dificuldades, há inúmeras possibilidades de mudanças e expectativas de melhores dias ao ensino e à educação, como um todo. Com essa concepção, é possível inventar, criar métodos e alternativas para transformar o quadro da mediocridade que vêm se instalando no meio educacional de ensino, em particular, no caso das escolas públicas, sobretudo do Estado. Se as escolas públicas se encontram mergulhadas em situações precárias, caóticas, cruzar os braços e sufocar a voz só vamos contribuir para sermos mais um na lista dos vencidos. Esperar apenas pela vontade e ação políticas dos órgãos “competentes” do Governo, certamente não valerá a pena. É preciso ousar, burlar vigilâncias, reivindicar melhorias, buscar novas conquistas. E, nesse sentido, o espaço escolar é ideal, não só para a construção de um conhecimento específico, mas, para exercitar o direito a cidadania. A escola poderá ser o canal de acesso ao veículo que conduzirá o homem enquanto ser social no caminho das várias áreas do conhecimento.

Chegada a hora de deixarmos o campo de estágio levamos conosco imagens que retratam uma história que vai além do exercício teórico, didático, metodológico, de sala de aula; são frutos de um conhecimento novo adquirido

a partir das experiências vividas e compartilhadas pelas relações permeadas entre a teoria e prática cotidianas entre aluno, professor e escola.

Saímos com a certeza de que problemas e dificuldades existem, mas existem para serem solucionados ou pelo menos amenizados, jamais transformados em mitos sacralizando e ocultando as diferenças, no sentido de justificar que não há remédio e para o que não tem remédio, remediado está. Como profissionais da área de educação devemos estar consciente de que temos em nossas mãos a oportunidade de contribuir para a melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem, como também, de formar alunos não só conhecedor de saberes instituídos e elaborados, a partir de um olhar específico de uma determinada área do conhecimento, como por exemplo, do conhecimento histórico, mas, alunos-cidadãos preparados para se posicionar diante da vida social e política, no seio da sociedade na qual está inserido.

Na sala de aula não deve ser diferente. Devemos alargar as fronteiras do conhecimento na direção de um horizonte promissor, que possibilite à nós e aos alunos, olhar e vê o mundo em nosso entorno a partir de uma relação como o outro, nesse imenso universo de seres (vivos e humanos). Só assim, seremos capazes de ensinar e aprender, que o conhecimento é resultado das sementes plantadas num campo fértil, de onde possa brotar bons frutos do saber.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR V. DA SILVEIRA

DISCIPLINA: História

SÉRIE: 2º Ano TURMA: A TURNO: Noite

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: José Benjamim Montenegro

PROFESSORA DA PRÁTICA DE ENSINO: Erônides C. Donato

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES NO ESTÁGIO

INÍCIO DAS AULAS: 13 DE JULHO DE 1998.

TERMINO DAS AULAS: 25 DE SETEMBRO DE 1998.

ATRIBUIÇÃO DE NOTAS: 02 ATIVIDADES/PROVAS.

HORÁRIO DAS AULAS SEMANAIS

AULA	SEGUNDA	QUARTA	SEXTA
1ª	2ª A	–	5ª A
2ª	2º A	–	–
3ª	5ª A	–	–
4ª	–	2º A	–
5ª	–	2º A	–

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

DISCIPLINA: História

SÉRIE: 5ª

TURMA: A

TURNO: Noite

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: José Benjamim Montenegro

ALUNO(a):

PLANO DE AULA

TEMA: *“O encontro com o outro: diferenças e contrastes”*

OBJETIVOS: - Discutir a relação de estranhamento entre o europeu (português) e o nativo Brasileiro (índio);

- Refletir sobre o cotidiano dos índios;
- Analisar a influência cultural do europeu na cultura dos indígenas;
- Discutir as formas de conquista e dominação do português sobre o índio.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: - O encontro do índio com o branco;

- O cotidiano dos nativos brasileiros;
- A influência cultural europeia sobre a cultura indígena
- O papel da Igreja Católica no processo de conquista e dominação dos índios brasileiros;

METODOLOGIA: - O recorte temático será trabalhado levando em consideração o contexto histórico da época (século - xv), bem como, questões em torno dos conceitos, diferenças sociais e culturais entre o branco e o índio.

RECURSOS DIDÁTICOS: - Mapa;

- Pannel de gravuras ilustrativas;
- Texto escrito (digitado).

AVALIAÇÃO: - Os alunos serão avaliados através de exercícios referentes à temática da aula, onde poderão escolher um dos pontos tratados e escrever sobre.

BIBLIOGRAFIA: - LUCCI, Alian Alabi. História do Brasil: As origens, a colonização e a independência, 1º Grau, 6ª edição, editora Saraiva, FAE, São Paulo, 1987.

- RIBEIRO, Vanise & ANASTASIA, Carla. Brasil: Encontros com a História, Volume1, editora do Brasil S/A, São Paulo, 1996.

- VILELA DOS SANTOS, Maria J. História do Brasil, Primeiro Grau, 16ª edição, editora ática, São Paulo, 1992.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR V. DA SILVEIRA

DISCIPLINA: História

SÉRIE: 5ª

TURMA: A

TURNO: Noite

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: José Benjamim Montenegro

ALUNO (a):.....

PLANO DE AULA

TEMA: “As Capitanias Hereditárias” – Século - XVI

OBJETIVOS: - Discutir o processo de conquista e distribuição das terras brasileiras;
- Traçar um panorama dos direitos, deveres e obrigações concedidos aos colono e colonizador.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: - O sistema de capitanias hereditárias;
- Os direitos, deveres e obrigações dos donatários e colonos.

METODOLOGIA : - Para trabalhar o sistema de capitanias hereditárias no início da colonização brasileira, as questões serão enfatizadas visando a discussão em torno dos conceitos; e para incentivar a problematização sobre o assunto, as diferenças e as desigualdades sociais serviram de argumentos acerca da relação de contraste entre o branco e o índio.

RECURSOS DIDÁTICOS: - Mapa;
- Texto escrito (digitado);
- Painei de gravuras ilustrativas.

AVALIAÇÃO: - Os alunos serão avaliados a partir da participação na aula e de exercícios sobre a temática trabalhada.

- BIBLIOGRAFIA:** -RIBEIRO, Vanise & ANASTASIA, Carla. Brasil : Encontros com a História, Volume 1, editora do Brasil S/A, São Paulo, 1996.
- VILELA DOS SANTOS, Maria J. História do Brasil, Primeiro Grau, 16ª edição, editora ática, São Paulo, 1992

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR V. DA SILVEIRA

DISCIPLINA: História

SÉRIE: 5ª

TURMA: A

TURNOS: Noite

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: José Benjamim Montenegro

ALUNO(a):

PLANO DE AULA

TEMA: - *“Administração central na colônia: governo-geral”*

OBJETIVOS: - Apresentar o sistema de administração na colônia;

- Discutir a função administrativa dos auxiliares do governo-geral.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: - O governo-geral;

- Os auxiliares do governo-geral.

METODOLOGIA: - O marco temporal sobre a discussão da administração na colônia vai de 1548 a 1808. Desse momento em diante, as terras brasileiras foram divididas e distribuídas entre os donatários, dando início a uma nova fase de exploração das riquezas do território; e também, novas atividades econômicas foram introduzidas contribuindo para o desenvolvimento desse empreendimento. Para viabilizar essa metodologia discutiremos o assunto de forma crítica e problematizadora.

RECURSOS DIDÁTICOS: - Texto escrito (digitado);

- Mapa;

- Painel de gravuras ilustrativas.

AVALIAÇÃO: - Elaborar uma questão para os alunos desenvolver livremente, a partir do seu entendimento acerca do assunto abordado na aula.

BIBLIOGRAFIA: - RIBEIRO, Vanise & ANASTASIA, Carla. Brasil: Encontros com a História, Volume 1, editora do Brasil S/A, São Paulo, 1996.

- VILELA DOS SANTOS, Maria J. História do Brasil, Primeiro Grau, 16ª edição, editora ática, São Paulo, 1992.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR V. DA SILVEIRA

DISCIPLINA: História

SÉRIE: 5ª

TURMA: A

TURNO: Noite

ESTAGIARIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: José Benjamim Montenegro

ALUNO (a):.....

PLANO DE AULA

TEMA: - “Economia e sociedade na colônia”

OBJETIVOS: - Apresentar as atividades econômicas da colônia;

- Discutir as relações de produção e distribuição de bens entre a Colônia e a Metrópole;
- Traçar um panorama do cotidiano dos grupos sociais que compunha a sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: - As atividades econômicas na colônia;

- A relação de produção e distribuição de bens;
- O cotidiano na sociedade colonial.

METODOLOGIA: - O eixo temático compreende a relação entre colônia e metrópole. Portanto, partindo do pressuposto que essa relação é permeada de contradições e desigualdades sociais, que realçam a discriminação e o preconceito reforçando a relação de dominação sobre as camadas menos privilegiadas, discutiremos essa relação de forma crítica e problematizadora, visando incentivar o aluno à participar da discussão e expor seu ponto de vista.

RECURSOS DIDÁTICOS: - Texto escrito (digitado);

- Quadro e giz; - Cartaz.

AVALIAÇÃO: Os alunos serão avaliados através da participação na aula e de exercícios elaborados para que eles possam expor seu entendimento escrevendo livremente sobre a temática abordada.

BIBLIOGRAFIA: -RIBEIRO, Vanise & ANASTASIA, Carla. Brasil : Encontros com a História, Volume 1, editora do Brasil S/A, São Paulo, 1996.
- VILELA DOS SANTOS, Maria J. História do Brasil, Primeiro Grau, 16ª edição, editora Ática, São Paulo, 1992

ESCOLA ESTADUAL DE 1^ª E 2^ª GRAUS ADEMAR V. DA SILVEIRA

DISCIPLINA: História

SÉRIE: 5^a

TURMA: A

TURNO: Noite

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: José Benjamim Montenegro

ALUNO (a):.....

PLANO DE AULA

TEMA: - “A trajetória dos negros no Brasil colonial”

OBJETIVOS: - Discutir o interesse dos portugueses sobre os negros africanos;

- Analisar a relação entre o senhor e o escravo;
- Apresentar as atividades cotidianas do trabalho escravo;
- Refletir sobre as condições de vida do escravo;
- Discutir a influência cultural africana na formação cultural brasileira;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: - O tráfico negreiro;

- A relação entre o senhor e o escravo;
- O trabalho escravo na colônia;
- O cotidiano do escravo;
- A cultura africana no Brasil colonial.

METODOLOGIA: - O recorte temático sobre a trajetória dos negros no Brasil, será trabalhado na perspectiva de uma discussão em torno dos conceitos e dos pré-conceitos criados historicamente e que permearam as relações entre os seres, em especial, no Brasil colonial. Partindo desses pressupostos, teremos como fio condutor para essa discussão o conceito de nação e cidadania.

RECURSOS DIDÁTICOS: - Texto escrito (digitado);

- Painel de gravuras ilustrativas;
- Música.

AVALIAÇÃO: - Os alunos serão avaliados através da participação na aula e de exercícios elaborados sobre o tema, bem como, poderão escolher alguns dos pontos trabalhados e realizar uma atividade a partir de seu entendimento e compreensão acerca do assunto e escrever um pequeno texto ou interpretar uma gravura ou um trecho da música.

BIBLIOGRAFIA: - CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, Companhia das Letras, São Paulo 1990.

- GIL, Gilberto. *A mão da limpeza (música)*.
- RIBEIRO, Vanise & ANASTASIA, Carla. *Brasil : Encontros com a História, Volume 1*, editora do Brasil S/A, São Paulo, 1996.
- VILELA DOS SANTOS, Maria J. *História do Brasil, Primeiro Grau*, 16ª edição, editora ática, São Paulo, 1992

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS – II
CENTRO DE HUMANIDADES – DHG – PRAI
DISCIPLINA: PRÁTICA DE ENSINO NA ESCOLA DE 1º E 2º GRAUS
PROFESSORA: ERONIDES CÂMARA DONATO
PROFESSOR-ORIENTADOR: JOSÉ BENJAMIM MOTENEGRO
ESTAGIÁRIA: ELIZEUDA DE SOUZA BURITI

PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES NA PRÁTICA DE
ENSINO NA SALA DE AULA

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR V. DA SILVEIRA
DISCIPLINA : História
SÉRIE : 2º Ano TURMA : A TURNO : Noite
ESTAGIÁRIA : Elizeuda de Souza Buriti
PROFESSOR-ORIENTADOR : José Benjamim Montenegro
PROFESSORA DA DISCIPLINA: Maria das Graças

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

DISCIPLINA: *História*

SÉRIE: 2º *Ano*

TURMA: *A*

TURNO: *Noite*

ESTAGIARIA: *Elizeuda de Souza Buriti*

PROFESSOR-ORIENTADOR: *José Benjamim Montenegro*

ALUNO (a): Nº

PLANO DE AULA

TEMA: “*A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL*”

OBJETIVOS: - Discutir a separação entre o Brasil e Portugal;

- Caracterizar as revoluções Industrial e Burguesa no contexto histórico da independência brasileira;
- Apresentar as diferenças e contrastes que permearam as relações (econômica, política, social) entre o Brasil e países da Europa;

CONTEÚDO: - Brasil e Portugal: uma relação de independência ou de separação?;

- A influência das revoluções Industrial e Burguesa, no processo de independência de independência brasileira;
- As diferenças e contrastes na relação entre o Brasil e as nações européias.

METODOLOGIA: - O marco temporal sobre a discussão da Independência do Brasil vai de 1808, com a chegada da Família Real portuguesa, até 1822 com a proclamação a independência brasileira. Levando em consideração que inicia-se uma nova fase na história brasileira, caracterizada por três reinados ou impérios, até a Proclamação da República em 1889; será enfatizada as relações de contradição que marcaram esses momentos, e portanto, discutiremos a partir da referência teórico-metodológica, a idéia de independência veiculada ao ideal de nação e cidadania.

RECURSOS DIDÁTICOS: - Texto escrito e digitado;

- Mapa;
- Quadro e giz;
- Cartazes.

AVALIAÇÃO: - Os alunos serão avaliados a partir da participação nas aulas; de atividades como exercícios de consulta nos textos trabalhados em sala; de trabalho como produção de textos sobre a temática abordado; de relatório sobre as aulas de vídeo.

BIBLIOGRAFIA: - NADAI, Elza & NEVES, Joana. História do Brasil: 2- Brasil Independente. 1º Grau, editora Saraiva, 10ª edição, São Paulo, 1992.

- SCHMIDT, Mário. Nova História Crítica do Brasil. 2º Grau, editora Nova Geração, 4ª edição, São Paulo, 1993.

- VICENTINO, Cláudio. História: Memória Viva – Brasil: período imperial e republicano. Editora scipione, 5ª edição, São Paulo, 1996.

- VÍDEO : “Independência do Brasil”. Produzido pelo Instituto Cultural Itau, sem data.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

DISCIPLINA: *História*

SÉRIE: 2º Ano

Turma: A

Turno: Noite

ESTAGIARIA: *Elizeuda de Souza Buriti*

PROFESSOR-ORIENTADOR: *José Benjamim Montenegro*

ALUNO (A): Nº:

PLANO DE AULA

TEMA: *“O BRASIL SE DISPEDE DE PORTUGAL”*

OBJETIVOS: - Perceber a insatisfação das várias camadas sociais com relação a separação política, entre o Brasil e Portugal;

- Discutir os vários motivos que teriam contribuído para o descontentamento entre a maioria da população, sobre a política governamental vigente;
- Analisar os ideais de governo defendidos pelos confederados do Equador.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: - A separação entre Brasil e Portugal: satisfação ou revolta?;

- As vantagens e desvantagens da separação: quem lucrrou, o povo ou os grupos dominantes?;
- A Confederação do Equador.

METODOLOGIA: - A aula será trabalhada numa perspectiva de pensamento teórico-crítico acerca do assunto abordado, levando em consideração que as relações teriam sido permeadas por contrastes e conflitos entre os vários segmentos da sociedade, no tocante aos aspectos político, econômico, social, cultural, principalmente, no quesito da desigualdade.

RECURSOS DIDÁTICOS: - Quando e giz;

- Mapa;

- Gravuras ilustrativas;
- Texto escrito (digitado).
- Video.

AVALIAÇÃO: - Os alunos serão avaliados através da participação na aula, bem como, pelos exercícios e atividades referentes a temática abordada na aula.

- BIBLIOGRAFIA:** - NADAI, Elza & NEVES, Joana. História do Brasil: 2 – Brasil independente, 1º Grau, 10ª ed., editora Saraiva, São Paulo, 1992.
- PILETTI, Nelson & Claudino. História e Vida - Brasil: da Independência aos Dias de Hoje, volume 2, 4ª ed., editora Ática, São Paulo, 1990.
 - VÍDEO: “Independência do Brasil”. Produzido pelo Instituto Cultural Itau, sem data.

ESCOLA ESTADUAL DE 1ª E 2ª GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

DISCIPLINA: *História*

SÉRIE: 2ª Ano

TURMA: A

TURNO: Noite

ESTAGIARIA: *Elizenda de Souza Buriti*

PROFESSOR-ORIENTADOR: *José Benjamim Montenegro*

ALUNO(a):Nº:

PLANO DE AULA

TEMA: “*UMA ONDA DE LIBERALISMO NO BRASIL.*”

OBJETIVOS: - Discutir as idéias do liberalismo europeu disseminadas no Brasil, à época da independência;
- Caracterizar o ideal de nação no contexto do liberalismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: - As idéias liberais no Brasil;
- Os princípios liberais na formação da nação brasileira.

METODOLOGIA: - O eixo temático sobre as idéias liberais no Brasil imperial, terá como pressuposto básico, a discussão em torno dos conceitos de liberdade e cidadania na formação da nação.

RECURSOS DIDÁTICOS: - Quadro e giz;
- Texto escrito (digitado).

AValiação: - A avaliação ocorrerá através de exercícios elaborados a partir do assunto trabalhado na aula, permitindo aos alunos expor seu ponto de vista diante do que venha a ser liberalismo.

BIBLIOGRAFIA: - MOTA, C. Guilherme & LOPEZ, Adriana. *História e Civilização – O Brasil Imperial e republicano*, 3ª ed., ed. ática, São Paulo, 1992.

- SCHMIDT, Mário. Nova História Crítica do Brasil. 2º Grau, editora Nova Geração, 4ª edição, São Paulo, 1993.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

DISCIPLINA: *História*

SÉRIE: 2º Ano

TURMA: A

TURNO: *Noite*

ESTAGIARIA: *Elizeuda de Souza Buriti*

PROFESSOR-ORIENTADOR: *José Benjamim Montenegro*

ALUNO (a): Nº:

PLANO DE AULA

TEMA: “ *A REGÊNCIA NO IMPÉRIO BRASILEIRO*”

OBJETIVOS: - Traçar um panorama dos grupos articulados em torno da política e do sistema governamental da monarquia imperial;
- Apresentar os pontos convergente e divergente entre liberais e conservadores, na disputa pelo poder e defesa de seus interesses.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: - A trajetória dos grupos políticos no período regencial;
- Os ideais dos liberais e conservadores frente ao poder imperial.

METODOLOGIA: - O marco temporal da discussão em torno da trajetória dos grupos políticos vai 1831, com a abdicação de D. Pedro I, momento que instaura-se o período regencial com durabilidade até 1840 quando ocorre o golpe da maioria e Pedro de Alcântara assume o poder, governando o País até a proclamação da República em 1889. Considerando o período como sendo de características marcantes na história do Brasil da época, cujas relações foram permeadas por tensões e conflitos armados, discutiremos o assunto enfatizando as questões de maior repercussão nessa luta política.

RECURSOS DIDÁTICOS: - Mapa;

- Cartaz;

- Texto escrito (digitado);

AValiação: - Os alunos deverão elaborar um quadro demonstrativo, a partir de seu entendimento, com relação às discussões sobre os ideais dos liberais e conservadores frente à sociedade política do período.

BIBLIOGRAFIA: - PILETTI, Nelson & Claudino. História e vida – Brasil: Da Independência aos Dias de Hoje, volume 2, 4ª edição, editora Ática, São Paulo, 1990.

- SCHMIDT, Mário. Nova História Crítica do Brasil, 2ª Grau, editora Nova Geração, 4ª edição, São Paulo, 1993.

- VICENTINO, Cláudio. História : Memória Viva – Brasil : período imperial e republicano, editora Scipione, 5ª ed. São Paulo, 1996.

ESCOLA ESTADUAL DE 1^º E 2^º GRAUS ADEMAR VELOSA DA SILVEIRA

DISCIPLINA: *História*

SÉRIE: 2^º Ano

TURMA: A

TURNOS: *Noite*

ESTAGIARIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: *José Benjamim Montenegro*

ALUNO(a): Nº:

PLANO DE AULA

TEMA: *“OS LEVANTES DO PERÍODO REGENCIAL”*

OBJETIVOS: - Apresentar os movimentos revoltosos de maior repercussão no País;

- Traçar um perfil de cada movimento (Cabanagem, Balaiada, Sabinada, e Guerra dos Farrapos), considerando a diversidade e a especificidade de cada um deles;
- Discutir a relação entre os grupos dominantes e as camadas revoltosas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: - Os movimentos revoltosos no período regencial;

- A multiplicidade de contrastes e diferenças sociais entre as várias camadas revoltosas;
- A relação entre os grupos dominantes e as camadas menos privilegiadas.

METODOLOGIA: - A temática abordada será trabalhada na perspectiva da discussão em torno dos conflitos, tensões e desigualdades sociais, que permearam as relações entre os vários seguimentos da sociedade imperial, e em especial, durante o período regencial.

RECURSOS DIDÁTICOS: - Mapa;

- Texto escrito (digitado);
- Vídeo;

AVALIAÇÃO: - Os alunos serão avaliados através de uma atividade, na qual poderão expressar seu ponto de vista, acerca das questões discutidas sobre os movimentos revoltosos, além de traçar um panorama sobre os mesmos, apontando as características diferentes e semelhantes entre si.

BIBLIOGRAFIA: - MOTA, C. Guilherme & LOPEZ, Adriana. História e Civilização: O Brasil Imperial e Republicano, 3ª edição, ed. Ática, S.P., 1996.

- NADAI, Elza & NEVES, Joana. História do Brasil: 2 - Brasil independente, 1º Grau, editora Saraiva, 10ª edição, São Paulo, 1992.

- VÍDEO: "Os Reinados". Produzido pelo Instituto Cultural Itau, s/ data.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

DISCIPLINA : *História*

SÉRIE : *2º Ano*

TURMA : *A*

TURNO : *Noite*

ESTAGIARIA : *Elizeuda de Souza Buriti*

PROFESSOR-ORIENTADOR : *José Benjamim Montenegro*

ALUNO (a) : Nº :

PLANO DE AULA

TEMA: - “ *O IMPÉRIO BRASILEIRO NA RETA FINAL* ”

OBJETIVOS: - Traçar um panorama sobre os aspectos político, econômico e social às vésperas da proclamação da República brasileira;

- Discutir a escravidão no contexto da campanha abolicionista;
- Discutir a questão dos imigrantes e do trabalho assalariado com relação à substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: - A sociedade brasileira ao final do regime monárquico,

- A escravidão e a campanha abolicionista;
- O trabalho assalariado e a mão-de-obra imigrante.

METODOLOGIA: - A temática sobre o Segundo Reinado, será discutida com ênfase na multiplicidade dos contrastes e diferenças que permearam as relações entre os seres ao decorrer desses e conturbados momentos da história política, econômica e social brasileira, em especial, nessa última fase do Império. Portanto, a discussão teórico-metodológica seguirá à risca em torno das questões conceituais, críticas e problematizadoras.

RECURSOS DIDÁTICOS: - Texto escrito (digitado);

- Vídeo;
- Paineis de gravuras ilustrativas.

AVALIAÇÃO: - Os alunos serão avaliados através de exercícios elaborados a partir da discussão sobre a temática abordada, de relatório sobre o assunto do vídeo; da participação nas aulas.

BIBLIOGRAFIA: - MOTA, C. Guilherme & LOPEZ, Adriana. História e Civilização : O Brasil Imperial e Republicano, 3ª ed., editora Ática, São Paulo, 1996.

- SCHMIDT, Mário. Nova História Crítica do Brasil. 2º Grau, 4ª ed., editora Nova Geração, São Paulo, 1993.

- VÍDEO: “Os Reinados“ .Produzido pelo Instituto Cultural Itau, s/data.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

DISCIPLINA: *História*

SÉRIE: 2º Ano

TURMA: A

TURNOS: *Noite*

ESTAGIARIA: *Elizeuda de Souza Buriti*

PROFESSOR-ORIENTADOR: *José Benjamim Montenegro*

ALUNO (a): Nº:

PLANO DE AULA

TEMA: - *O SEGUNDO REINADO: "uma velha coroa para o novo imperador"*

- OBJETIVOS: - Discutir a outra face da monarquia sob o poder do novo imperador – Dom Pedro II;
- Perceber as continuidades e descontinuidades da última fase do império no Brasil;
 - Analisar as características da “Guerra do Paraguai” e suas relações com o Brasil;

- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: - O Segundo Reinado e o Sistema Parlamentar;
- As continuidades e descontinuidades no regime monárquico;
 - A Guerra do Paraguai.

METODOLOGIA: - O marco temporal acerca da discussão referente ao Segundo Reinado ou última fase do império brasileiro, compreende os anos de 1840 até 1889 quando ocorre a proclamação da República. A partir da noção de que o Império teria passado por fases bastante conturbadas na história do Brasil, discutiremos a temática levando em consideração o contexto das relações permeadas entre os vários seguimentos da sociedade da época.

RECURSOS DIDÁTICOS : - Mapa;

- Texto escrito (digitado);

- Vídeo;

AValiação: - Os alunos serão avaliados através de exercícios sobre o assunto abordado, de relatório sobre o vídeo e da participação nas aulas.

BIBLIOGRAFIA: - MOTA, Carlos Guilherme & LOPEZ, Adriana. História e Civilização:

O Brasil Imperial e Republicano, 3ª edição, editora Ática S/A,
São Paulo, 1996.

- SCHMIDT, Mário. Nova História Crítica do Brasil. 2º Grau, editora
Nova Geração, 4ª edição, São Paulo, 1993.

- VÍDEO: “Os Reinados”. Produzido pelo Instituto Cultural Itau, s/data.

ANEXOS

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

DISCIPLINA: História SÉRIE: 2º Ano TURMA: A TURNO: Noite

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: José Benjamim Montenegro

ALUNO (a): _____

“O COTIDIANO DOS HABITANTES DA TERRA COBIÇADA”

“Era uma vez.. um paraíso!”

Os primeiros habitantes do Brasil viviam em comunidade e mantinham relações igualitárias uns com os outros, principalmente, nas atividades do dia-a-dia. Como não havia comércio, o fruto do trabalho servia apenas para satisfazer às necessidades de subsistência; a troca de produtos entre as tribos ocorria sob a forma de solidariedade, para demonstrar os sentimentos de um para com o outro.

MORADIA

Os índios nem sempre tinham moradia fixa, quando tinham se organizavam em aldeias, formadas por várias cabanas feitas de palha onde viviam com suas famílias. Na família alguns membros se destacavam, como o cacique – chefe da tribo e o paga – chefe religioso/feiticeiro, ambos, muito respeitados entre as tribos.

ATIVIDADES COTIDIANAS

Homens e mulheres se dividiam para as tarefas do dia-a-dia, entre as atividades mais variadas, como: caçar; pescar; coletar frutas, legumes, verduras; construir objetos de barro; fazer redes, esteiras, cestos, instrumentos musicais, como a flauta, a buzina, os tambores, etc.; e também suas ferramentas de trabalho como o machado, a flecha, o arco, etc. Como matéria- prima, utilizavam a madeira, o osso, a pedra, a palha; não tinham ainda o conhecimento da utilidade dos metais.

MUDANÇAS NO ESTILO DE VIDA

O ritmo de vida dos índios sofreu algumas transformações, devido a forte influência do branco-colonizador, uma vez que, para conquistar as terras recém-descobertas se utilizaram das piores formas de apropriação, inclusive, transformando o território num palco das lutas mais violentas possíveis de que temos conhecimento, contra seres humanos.

Pois, possuíam armas potentes como canhões, armaduras de ferro, cavalo, vírus, bactérias, contra as quais os índios não podiam defender-se. Além disso, alteraram a relação entre si, com o trabalho, com a terra, com os animais; destruíram seus símbolos, mitos, crenças; enfim, desorganizaram a sua cultura.

RELIGIÃO: Deus x Lucro

Os colonizadores pretendiam expandir o Catolicismo por bem ou por mal. Utilizaram-se do discurso de que a conversão era um bem abençoado por Deus. Pois, estariam levando a fé àqueles seres sem religião. Por outro lado, era uma maneira de submetê-los ainda mais aos seus domínios.

Nessa tarefa, a Igreja Católica contribuiu bastante; sobretudo porque detinha dois elementos poderosos: a “Companhia de Jesus” e a “Santa Inquisição”. Os padres jesuítas foram enviados com a missão de converter os índios e impedir que manifestassem suas crenças.

RESISTÊNCIA

Os indígenas não aceitaram pacificamente a submissão, o trabalho forçado, o domínio total sem que para isso, não lutassem contra o inimigo pela liberdade e defesa de seu território. E portanto, muitas vezes foram surpreendidos pela força do inimigo branco que, aparecia em forma de doença ou de guerra, o que acabou dizimando parte dos índios.

Quando conseguiam sobressair-se era por meio de fugas ou de ataque contra o colonizador, e também, praticavam atos que ameaçavam os interesses do inimigo, como fingir estar convertido e por trás continuar com suas crenças, por exemplo.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

DISCIPLINA: História SÉRIE: 5ª TURMA: A TURNO: Noite

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: José Benjamim Montenegro

ALUNO(a): _____

“CAPITANIAS HEREDITÁRIAS”

“Os portugueses chegam à festa para dividir o bolo”

Os portugueses ao chegarem ao Brasil e tomar conhecimento das riquezas nele existente, acontecimento que teria levado aproximadamente trinta anos após a descoberta do território, logo trataram de iniciar sua exploração. Mas era necessário se apossar das terras para evitar que outros invasores o colonizasse. E assim, por meio de um acordo: “Tratado de Tordesilhas”, as terras brasileiras foram divididas e distribuídas entre os portugueses.

As capitanias eram imensas faixas de terras localizadas nas melhores áreas próximas ao litoral. Receberam esse nome porque os proprietários podiam passar as terras que receberam do Rei aos seus filhos e assim sucessivamente. Após a divisão das terras era preciso fixar os deveres e direitos dos donatários em um documento chamado “Foral” que estabelecia:

- DIREITOS: Os donatários podiam conceder lotes de terras (“Sesmarias”) aos colonos para que eles pudessem cultivá-la e receber uma pequena parte pelos serviços prestados; criar vilas; escravizar os índios; cobrar impostos dos colonos; explorar os rios; etc.

- DEVERES: era dever do donatário, defender o litoral contra ataques de invasores inimigos; desenvolver a agricultura para aumentar a produção dos produtos a serem exportados; estabelecer feitorias para a comercialização interna na colônia; pagar impostos à Coroa; enviar parte dos metais preciosos à Portugal; etc.

- DIRETOS DO REI: ao Rei de Portugal cabia o controle total as colônias

brasileiras. Estavam sob seus cuidados e interesses tudo o que se explorava e produzia na colônia, como metais, e pau-brasil, por exemplo; entre outras coisa.

CAPITANIAS QUE PROSPERARAM

Devidos às questões como a falta de interesse de alguns donatários, falta de recursos para investir na terra, ameaça dos franceses, distância entre a Colônia e a Metrópole, etc; algumas capitânias fracassaram.

Porém, as de “ São Vicente “ e “ Pernambuco “ resistiram e deram impulso à criação das primeiras vilas brasileiras. Na de São Vicente sob o domínio de Martinho Afonso de Sousa, deram certo: a produção de açúcar (artesanal); criação de gado; cultivo de alimento de subsistência como a mandioca, algodão, etc.

A capitania de Pernambuco obteve mais sucesso devido a os investimentos de dinheiro (holandês) para construção de engenhos; climas e solo adequados ao cultivo da cana-de-açúcar; controle sobre os índios no trabalho da lavoura e do engenho; etc.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR V. DA SILVEIRA

DISCIPLINA : História

SÉRIE : 5ª

TURMA : A

TURNO : Noite

ESTAGIÁRIA : Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR : José Benjamim Montenegro

ALUNO(a) :

GOVERNO-GERAL (1548-1808)

“Nada escapará ao controle português”

Após a chegada dos portugueses ao território brasileiro, um pouco mais tarde decidem dá início a distribuição das terras sob a forma de capitâneas hereditárias. O governo português criou para a Colônia um sistema centralizado de administração: O GOVERNO-GERAL; cujo sistema, existiu no Brasil até a vinda da família Real portuguesa em 1808, marcando uma “nova” fase na história brasileira, com a implantação do sistema monárquico imperial, que reinará no País até o momento da proclamação da República em 1889.

A partir daí, as capitâneas ficaram dependentes direta do governador-geral que tinha a obrigação de coordenar e fiscalizar todas elas. Para sede desse poder, se pensou na criação de um lugar para instalação, o lugar escolhido foi Salvador-Bahia. E assim, nascia o que viria a ser a nossa primeira capital brasileira, sob a administração de Tomé de Souza.

Tomé de Souza foi nomeado primeiro governador-geral em 1549. Mais tarde foram nomeados outros. A função do governador-geral consistia em cuidar dos negócios da colônia, visando aumentar cada vez mais, os domínios da Coroa portuguesa sobre o território brasileiro, bem como, incentivar a exploração das riquezas naturais e introduzir novas atividades para aumentar a produção dos produtos a serem exportados para a Europa e outros países, como os Estados Unidos, por exemplo.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

O poder local era exercido nas capitâneas sob a forma de representação; ou seja, havia uma espécie de “Câmara Municipal”, também conhecida como “câmara dos homens bons”. Isto, porque os que estavam no poder eram os senhores de terras e de escravos e, portanto, foram assim considerados.

As cidades e vilas passaram a ser administradas pelo Senado da Câmara, responsável direto pela representação dos interesses da população e, também, do governo-geral e da Coroa portuguesa. Porém, cabia à Coroa portuguesa o controle total sobre todas as relações na colônia, desde a distribuição de terras – as chamadas “Sesmarias”, passando pela produção dos bens até chegar à comercialização final das mercadorias negociadas com outras nações. Nessa relação predominava o acordo feito através do “Pacto-colonial”; ou seja, o Brasil só podia manter relações com outros países por intermédio da “Metrópole” – Coroa (rei de Portugal).

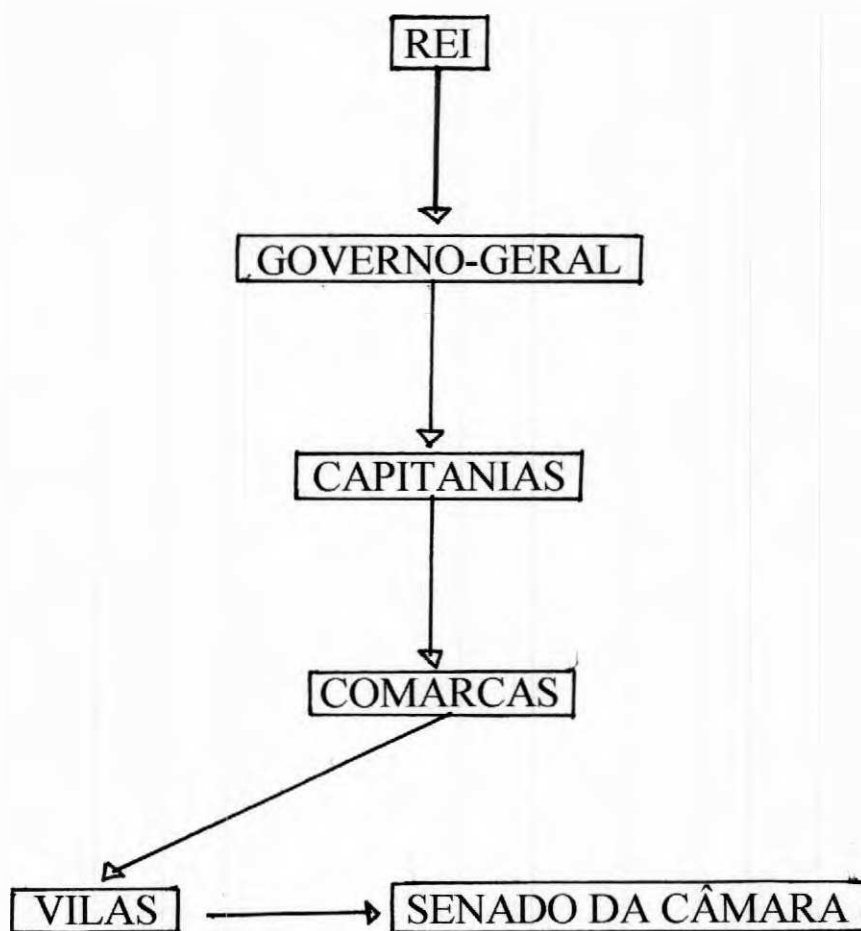
AUXILIARES DO GOVERNO-GERAL

Para auxiliar o governo-geral na administração da Colônia, foram nomeadas algumas pessoas sob o título de: Ouvidor-mor, Provedor-mor, e Capitão-mor. À cada um deles fora designada uma função ligada ao poder central da colônia, visando dar assistência à todas as áreas de domínio português.

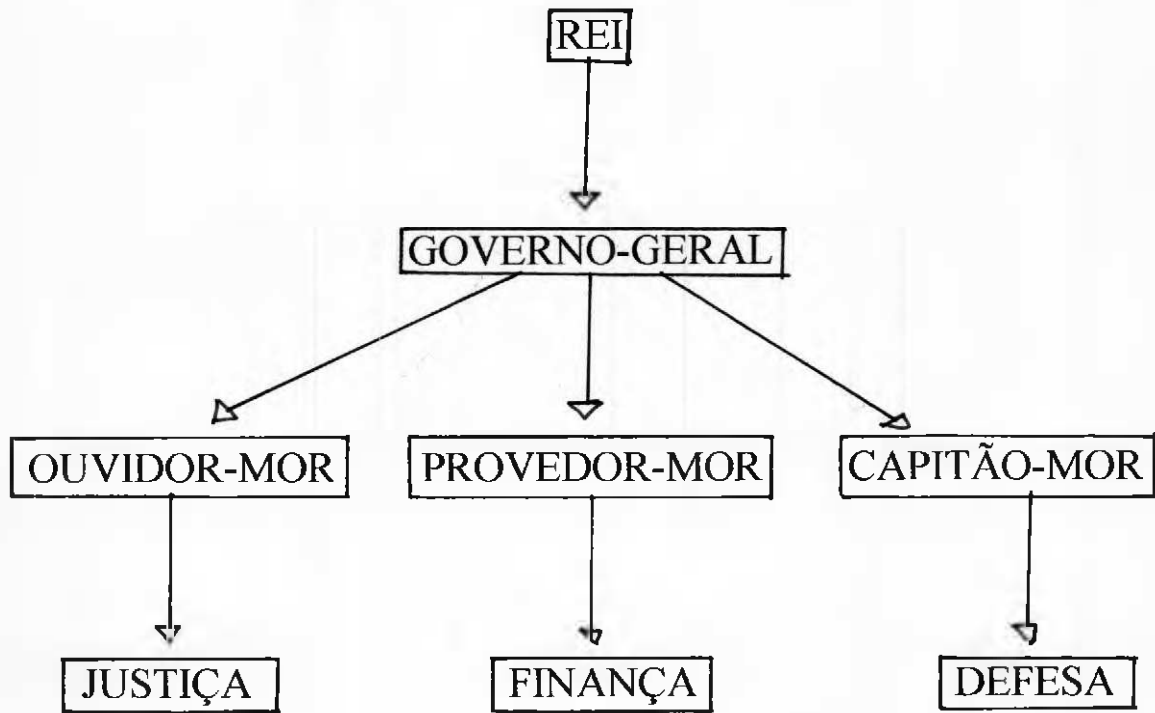
Em outras palavras, essas pessoas eram encarregadas da administração direta nas várias localidades do território brasileiro. O ouvidor-mor, nomeado como juiz, tinha a missão de cuidar da justiça e da ordem; o capitão-mor era responsável pela defesa do litoral contra a invasão de inimigos; o provedor-mor encarregado de cuidar das finanças e da economia.

Daí em diante, foram surgindo outras novidades na colônia como a fundação de engenhos para a fabricação de açúcar; importação de animais (boi); criação de escolas; vinda de jesuítas para catequizar e “educar” os nativos; a chegada de negros da África; entre outros.

ORGANOGRAMA DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL



ESTRUTURA ADMINISTRATIVA NA COLÔNIA



ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR V. DA SILVEIRA

DISCIPLINA: História

SÉRIE: 5ª

TURMA: A

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: José Benjamim Montenegro

ALUNO(a):.....

“ECONOMIA E SOCIEDADE NA COLÔNIA”

Para viver nós seres humanos precisamos de muitas coisas entre elas: alimento, moradia, lazer, roupa, etc. Essas coisas chamam-se: bens. Para adquiri-los e fazer bom uso deles, é preciso produzir e distribuir entre as pessoas. Esse processo de produção e distribuição de bens, chama-se: Economia. Economia de um povo.

Quando os europeus chegaram ao Brasil e começaram a exploração das riquezas, a relação entre eles e os índios aconteceram sob a forma de troca (“Escambo) de um produto pelo outro, como no caso do pau-brasil, uma vez que “presenteavam” os índios com enfeites coloridos e em troca exigiam a madeira.

Porém, quando a madeira começou a faltar, foi preciso criar uma nova atividade para assegurar o domínio no território e impedir que novos invasores explorassem a terras que estavam sob o controle e monopólio da Coroa portuguesa. Sendo conhecedores do cultivo da cana-de-açúcar e da técnica da fabricação do açúcar, os portugueses logo pensaram em trazer essa atividade para o Brasil.

O solo e o clima eram favoráveis. Além disso, o açúcar estava em alta no mercado europeu e poderia render altos lucros. De imediato as medidas foram sendo tomadas para iniciar a nova atividade econômica da Colônia. As matas foram derrubadas para dá lugar aos canaviais; os engenhos foram sendo construídos; a madeira queimada nos engenhos; os índios submetidos ao trabalho pesado; o tráfico de escravos da África; etc.

Os escravos do Brasil foram importados da África pelos portugueses para trabalhar no cultivo da cana-de-açúcar. E qual a finalidade dessa importação se no Brasil os índios já estavam sendo escravizados? Ora, como sabemos os colonizadores consideravam os índios

incapazes de realizar um trabalho forçado, e por isso, passaram a denomina-los de “vadio”, “selvagem”, “vagabundo”.

Sendo assim não era futuro investir neles e, portanto, os negros da África seriam ideais, pois, já eram comercializados na Europa e reconhecidos pelo seu potencial e capacidade de realizar atividades pesadas, bem como, ser mais fácil de submeter-se aos domínios e submissão, dadas as condições de vida quase miseráveis, e para sobreviver não tinham outra saída senão essa.

OS SENHORES E OS ESCRAVOS

A sociedade colonial passou a conviver com dois grupos distintos: o de senhor e o de escravo. Ao senhor a função de dominar e submeter o escravo ao trabalho pesado e desumano, com o objetivo de cada vez mais se dá bem na vida, ao passo que ao escravo, só restava trabalhar, obedecer e nunca falhar.

O comércio na colônia era monopólio dos portugueses e a comercialização ocorria basicamente seguindo as rotas da Europa, África e América. Nesses empreendimentos comerciais o Brasil exportava seus produtos e matéria-prima, e importava equipamentos e tecnologia para o desenvolvimento do trabalho e, também, os escravos que serviam com mão-de-obra.

Na sociedade colonial o negro foi considerado uma jóia rara, ou pelo menos, de igual valor. Opa! Mas esse prestígio só valia para o negro a título de mercadoria, ou seja, para os senhores de escravos o negro servia como moeda de compra e venda. Além disso, ainda rendia prestígio econômico, social e político, ao senhor perante a sociedade.

E assim, o preconceito e a discriminação fizeram dos negros, ou melhor, desses seres humanos, objetos de consumo e até de prazer, àqueles que detinham o poder. Geralmente, pessoas que pareciam desconhecer os sentimentos do corpo e da alma dos negros, como se sonho, desejo e vontade humanos tivessem que dispor de cor especial para existir e se fazer sentir, como a cor branca dos europeus, por exemplo.

E portanto, durante longos anos os negros no Brasil foram mal tratados, explorados, submetidos às práticas de castigos e punições, das mais cruéis que temos conhecimento na história brasileira.

O COTIDIANO DO ESCRAVO

Os negros foram trazidos da África para trabalhar no Brasil em diversas atividades, entre elas, no cultivo da cana-de-açúcar, nos engenhos, nas casas dos senhores. Também haviam outras funções que os negros podiam exercer como a de barbeiro, pintor, marceneiro, vendedor ambulante (“Mascates”), entre outros.

Sabemos que a vida do negro àquela época não era nada fácil, para não dizer, que não tinha vida de ser humano ou que servia apenas como objeto de consumo dos “poderosos”. Porém, infelizmente foi assim que o negro foi tratado por muito tempo, não só no Brasil, mas em boa parte do mundo.

Além das obrigações que tinham à cumprir ainda devia respeitar e obedecer ao senhor, caso contrário, seria punido selvagememente. Apesar de tudo isso, comia e dormia mal, vestia roupas grosseiras e morava numa espécie de senzala onde todos se aglomeravam para descansar e no dia seguinte dá continuidade às tarefas.

Como toda regra tem exceção, no meio escravista também, ou seja, o escravo que conquistasse a “simpatia” do senhor recebia uma espécie de recompensa, como participar dos cultos religiosos; das danças; cultivar pequeno lote de terra aos domingos e dias Santos, com direito a uma minúscula parte da colheita e, até, de algum dinheiro para que mais tarde pudesse pagar pela sua liberdade, etc.

Aos demais, só restavam o trabalho e o necessário à sobrevivência. Quem desobedecesse e reivindicasse mais do que isso, atentando contra as ordens do senhor, seria castigado e submetido às mais cruéis das práticas de punição, como o “tronco”, as “chicoteadas”, as “correntes de ferro”, e até, a morte por exemplo.

E assim, o Brasil colonial conviveu com esses contrastes e desigualdades, durante muito tempo. Foram anos e anos de luxúria e miséria caminhando lado à lado entre os diversos grupos sociais que compunha a sociedade da época.

A RESISTÊNCIA

Imaginar que o negro era “coisa” do senhor, e por isso, lhe devia total obediência, principalmente, sem tentar se libertar desse domínio, é puro engano. Pois o negro assim como qualquer outra pessoa, é humano, tem sentimentos, desejos, sonhos e esperança de melhores condições de vida, embora, para os senhores da época não fossem assim considerados.

Fugir, matar, suicidar-se eram as práticas mais utilizadas pelos escravos para se libertar e resistir aos maus tratos do senhor. Quando conseguiam fugir se refugiavam nos lugares de difícil acesso; lugar denominado de “Quilombos”. O mais conhecido deles foi o “Quilombo de Palmares”, situado no atual Estado de Alagoas.

O chefe dos Palmares foi Ganga-Zumba, após a sua morte, Zumbi assume o seu lugar e dá continuidade a luta. Todos juntos, repartiam entre si os frutos de seus esforços, e assim, viveram até o último momento em que foram massacrados pelas tropas do governo e dos proprietários de terras.

A INFLUÊNCIA DA CULTURA NEGRA

O negro foi um dos principais responsáveis pelas riquezas produzidas no Brasil. Porém, a sua participação não se restringiu só ao trabalho. Quando trazidos da África pelos portugueses, o negro trouxe consigo a sua cultura: religião, dança, comida, crenças, hábitos e costumes que foram sofrendo modificações e influenciando a cultura dos índios e dos brancos, resultando numa mistura de cultura.

Como demonstração dessa influência podemos destacar alguns pontos, vejamos:

Crenças religiosas: os negros misturaram suas crenças com dos católicos, e desse, cruzamento surgiram os cultos praticados nos “terreiros”. O Candomblé, a Macumba eram as principais crenças dos escravos.

Comida: na comida temos a influência do cuscuz, da feijoada, do vatapá, do acarajé, etc.

Música e Dança: na diversão o Batuque, o Samba, a Capoeira, o Frevo, etc.

Vestuário: destaca-se o Xale, o Turbante, o Colar, as Saias rodadas, etc.

Língua/palavra: Molambo, Tanga, Canjica, Moleque, Mocotó, etc.

ESCOLA ESTADUAL DE 1ª E 2ª GRAUS ADEMAR V. DA SILVEIRA

DISCIPLINA: História SÉRIE: 5ª TURMA: A TURNO: Noite

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Souza Buriti

ALUNO (a):.....

“A MÃO DA LIMPEZA”

Gilberto Gil

O branco inventou que o negro

Quando não suja na entrada

Suja na saída

Ê, imagina só

Que mentira danada, ê...

Na verdade a mão escrava

Passava a vida limpando

O que o branco sujava

Ê, imagina só

O que o branco sujava

Ê, imagina só

O que o negro penava

Mesmo depois de abolida a escravidão

Negra é a mão de quem faz a limpeza

Lavando a mão encardida, esfregando o chão

Negra é a mão, é a mão da pureza

Negra é a vida consumida ao pé do fogão

Negra é a mão nos preparando a mesa

Limpando as manchas do mundo com água e sabão

Negra é a mão de imaculada nobreza

Na verdade a mão escrava

Passava a vida limpando

O que o branco sujava

Ê, imagina só

Eta branco sujão.

FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA
(CRONOLOGICAMENTE)

COLÔNIA				IMPÉRIO		REPÚBLICA
1500		18	22	18	89	

XV

XVI

XVII

XVIII

XIX

XX

ESCOLA ESTADUAL DE 1^º E 2^º GRAUS ADEMAR V. DA SILVEIRA

DISCIPLINA: História

SÉRIE: 5^ª

TURMA: A

TURNO: Noite

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: José Benjamim Montenegro

ALUNO (a):.....

EXERCÍCIO DE VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

“O encontro com o outro: diferenças e contrastes”

- 1.0 - Antes da chegada dos europeus, o território que hoje conhecemos como Brasil já era habitado por nativos, denominados pelos portugueses de índio. A partir daí em diante passaram a sofrer as influências do colonizador, sob vários aspectos de suas vidas. De acordo com o texto e o painel de gravuras, escolha um dos pontos trabalhados na aula e escreva sobre o assunto;

ESCOLA ESTADUAL DE 1ª E 2ª GRAUS ADEMAR V. DA SILVEIRA

DISCIPLINA: História

SÉRIE: 5ª

TURMA: A

TURNO: Noite

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: José Benjamim Montenegro

ALUNO (a):

EXERCÍCIO DE VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

“Capitanias Hereditárias”

- 1.0 - Segundo conta a história que após a descoberta do Brasil em 1500 pelos europeus, os portugueses que aqui estiveram no primeiro momento, teriam se encantado com as belezas do território, mesmo assim, seguiram viagem deixando para trás as terras recém-descobertas. Só que, trinta anos mais tarde retornaram. Então eu pergunto: no seu entendimento, quais seriam os interesses dos portugueses em retornar às terras descobertas depois de tanto tempo?

- 2.0- Os portugueses voltam ao Brasil e tomam conhecimento das suas riquezas. Para você, quais as intenções para com o território? Como tomaram posse das terras? Como trataram as riquezas e os habitantes do lugar que se apossaram?

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR V. DA SILVEIRA

DISCIPLINA : História

SÉRIE : 5ª

TURMA : A

TURNO : Noite

ESTAGIÁRIA : Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR : José Benjamim Montenegro

ALUNO(a) :

EXERCÍCIO

1.0- Encontre o significado das palavras abaixo:

COLÔNIA

COROA

METRÓPOLE

ESCAMBO

PACTO

SOCIEDADE

CAPITANIA

CULTURA

ESCRAVIDÃO

FEITORIA

DONATÁRIO

COLONIZADOR

LIBERDADE

NAÇÃO

ECONOMIA

HEREDITÁRIO

POLÍTICA

PROVÍNCIA

2.0- Escolha um desses conceitos e de acordo com os textos trabalhados nas aulas, tente desenvolver uma questão a partir de seu entendimento sobre o assunto.

B) - Responda essas questões e as palavras-chaves obtidas com as respostas, tente localiza-las em seguida no quadro abaixo.

- Pessoa encarregada da administração geral na Colônia?

- Que nome recebeu o trabalhador encarregado das tarefas pesadas no Brasil colonial?

- Forma de organização dos portugueses no Brasil após a descoberta?

- Com o crescimento das colônias, as capitanias passaram à qual categoria?

- Que denominação receberam as pessoas encarregadas de ajudar na administração da colônia?

- Qual o lugar escolhido por Tomé de Souza para sede do Governo Geral na Colônia e que mais tarde se tornara a nossa primeira capital brasileira?

- Qual a denominação do padre encarregado de catequizar os índios no Brasil?

C) Responda a questão de acordo com o que se pede na anterior.

ASDRTGEROJOPBIYEAPOKNFGTEAZVMNPITEAJ
AGOVERNOGERALTYPDGCNKMGAESLVILAODE
DFILTSHUJADOLMQWHDOIERLKMDCOVPTGSFS
MEUFCKLOFDERXYTFVEFERAHUCAAITALILTIU
IMFTFCHIJNVCAOPLELOCAUIOTEPOPERETKNHI
NDTHAMLODOWRUHNLFAESCRAVOIPMUTAKIT
IJUGBPTILOBLMCTDOERMFGADVFTTOEREAJ
SFJTJIIHDIOPROVEDORMORWGTIARAOLPDIJKIJ
TDFYTHSIJPLNHUJIDCOSAOLJXRFZJNCAPINJHD
RFTJIÂTDFJWISALVADORBAHIAJYPJIKOPLSESU
AVJROHFGYBVNRTURWUHKLNJREIALTERIVFO
ÇSRLMAUXILIARESDOGGOVERNOLKBUAUXJLIH
ÂDJROUVIDORMORMOMAFEHOHYTGRDFPLLQW
OPUTRGOVERNOCENTRALMGTRIUDKHFTSEQK

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR V. DA SILVEIRA

DISCIPLINA: História

SÉRIE: 5ª

TURMA: A

TURNOS: Noite

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: José Benjamim Montenegro

ALUNO (a):.....

EXERCÍCIO DE VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

“Economia e sociedade na colônia”

1.0 - Responda:

1.1- Como os índios viviam antes da chegada dos portugueses e quais foram as primeiras mudanças ocorridas no seu cotidiano e nas relações entre si (índios) e com o “branco”?

1.2- Após explorar as riquezas naturais das áreas conhecidas, os portugueses começaram a perceber que era preciso desenvolver uma nova atividade para garantir as suas terras e impedir que inimigos invasores se apossassem do território. Então, quais foram as medidas tomadas para implantar essa atividade e qual o principal produto cultivado?

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR V. DA SILVEIRA

DISCIPLINA : História

SÉRIE : 5ª

TURMA : A

TURNO : Noite

ESTAGIÁRIA : Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR : José Benjamim Montenegro

ALUNO(a) :

EXERCÍCIO DE VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

1.0- RESPONDA:

1.1- O que você entende por bens? E qual a relação com a economia?

1.2- Após a extinção do Pau-brasil, qual foi a atividade introduzida pelos portugueses na Colônia para que pudessem continuar dominando o território? A partir disso, como as relações foram acontecendo? Que mudanças ocorreram?

ESCOLA ESTADUAL DE 1^º E 2^º GRAUS ADEMAR V. DA SILVEIRA

DISCIPLINA : História

SÉRIE : 5^ª

TURMA : A

TURNO : Noite

ESTAGIÁRIA : Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR : José Benjamim Montenegro

ALUNO(a) :

EXERCÍCIO DE VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

1.0- RESPONDA:

1.1- Na sua opinião, por que os portugueses trouxeram negros da África para trabalhar no Brasil, se já exploravam os índios obrigando-os ao trabalho pesado e até, desumano?

1.2- Ao chegar ao Brasil, como os negros eram recebidos e como viviam a partir daí ?

1.3- De que forma os escravos reagiam contra os maus tratos do Senhor de engenho, como também, defendiam sua liberdade?

1.4- A cultura dos negros influenciou a cultura dos brancos no Brasil? De que forma?

Escola Estadual de 1º e 2º graus Ademar Veloso da Silveira

Disciplina: História

Série: 5ª série Turma: A Turno: noite

Estagiária: Elizeuda de Sousa Buriti

Professor - Orientador: José Benjamim Montenegro

Lista de Presença

- 1 - Edja Cifense Félix
 - 2 - Cidriana da Cruz
 - 3 - Cideilson Risselly
 - 4 - Janalkes de Souza 30 /
 - 5 - Dimante Cidra
 - 6 - Carlos Júnior
 - 7 - Celso P. Veloso
 - 8 - ~~Rafaela M. Gomes~~
 - 9 - ~~Flávia~~
 - 10 - ~~Josimilde P. Veloso~~
 - 11 - ~~UNILDO~~
 - 12 - ~~UNILDO~~
 - 13 - ~~UNILDO~~
 - 17 - Damiano Inácio da Silva
 - 18 - Iris Ferreira de Farias
 - 19 - Julho Batista de Almeida
 - 30 - ~~Yedma Barbosa Eduarda Sales~~
 - 31 - ~~Maria do Socorro Fidele~~
 - 32 - Elvis Muniz Cavallero
 - 33 - Adelson Risselly Targino Oliveira
 - 34 - ~~Fabiano de Souza~~
 - 35 - Geysa Marques Almeida
 - 36 - Rosário Koline da Silva
 - 37 - Cleonir Diniz Souza
 - 38 - Marcela Tompaio
 - 39 - Teotônio Ferreira da Silva
 - 40 - Carlos Júnior Pereira
 - 47 - José Marcelo Santos Nascimento
- Exavaldo

Escola Estadual de 1^o e 2^o graus Ademar Veloso da Silveira

Disciplina: História

Série: 5^a série Turma: A Turno: noite

Estagiária: Elizeuda de Sousa Buriti

Professor - Orientador: José Benjamim Montenegro

Lista de Presença

Ademar F. Veloso.
Carlos Guimarães Pereira
Amaro D. D. Costa

Adilson Rissoldy -

Maria da Graça da Faria

Stela Augusto Carvalhos
Francis Silva Sousa

José Ferreira de Farias

Fabio Junho de Lima

Júlio Batista de Almeida
Patrícia Daniela Menezes de Freitas.

Samuel S. da Silva

Josineide Ferreira Veloso.

Roberta U. L. Costa

Willy Alves Costa

ESCOLA ESTADUAL DE 1º e 2º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

DISCIPLINA: História

SÉRIE: 5ª TURMA: A TURNO: Noite

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Sousa Burity

PROFESSOR-ORIENTADOR: José Benjamim Montenegro

EXERCÍCIO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- NOTAS REFERENTES AO 3º BIMESTRE DO ANO LETIVO DE 1998.

ALUNOS	NOTAS	
ADRIANA DA CRUZ	7,5	8.0
ADEILSON TARGINO OLIVEIRA	N/C	4.0
ARNALDO DINIZ SOUZA	N/C	4.0
CÍCERO DINIZ	6.0	6.5
CÍCERO VELOSO	7.5	8.0
CARLOS JÚNIOR PEREIRA	N/C	4.0
CLOVES CAVALCANTE	N/C	4.0
DAMIÃO INÁCIO DA SILVA	9.0	8.5
DINARTE DA SILVA	8.0	8.5
EDJA AFONSO FÉLIX	7.0	8.0
ERIVALDO JOSÉ	7.0	N/C
FLAVIO CAVALCANTE	N/C	4.0
GEYSA LEÔNIDAS	6.0	5.0
GEOVÂNIA DA SILVA	6.0	7.0
IRÍS FERREIRA DE FARIAS	4.0	N/C
JOELMA BARBOSA OLIVEIRA	7.0	7.5
JONATHAS LIMA DE SOUZA	8.0	8.0
JOSINEIDE VELOSO	8.0	8.0
JOSEANE NASCIMENTO	N/C	4.0
JUAREZ SILVA SOUZA	5.0	6.0
JOSÉ MÁRCIO SANTOS	N/C	N/C
MARIA DO SOCORRO FERREIRA	6.0	7.0
MARCELA SAMPAIO	8.0	8.0
PETRÔNIO FERREIRA DA SILVA	7.5	8.0
RICÁSSIA KALINE DA SILVA	6.0	5.0
ROBERVÂNIA SANTOS SILVA	5.0	6.0
RITA DE CÁSSIA	7.0	7.0
ROBERTA OLIVEIRA COSTA	N/C	N/C
SILVANILDA	N/C	5.0
JULHO BATISTA ALMEIDA	N/C	N/C
ELVIS ARAÚJO CARVALHO	N/C	N/C
FABIANO DE SOUSA	N/C	N/C

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

DISCIPLINA : História

SÉRIE: 2º Ano TURMA: A TURNO: Noite

ESTAGIÁRIA : Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: Benjamim Montenegro

ALUNO(a): _____

“INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.”

Desde a descoberta pelos portugueses, o Brasil tornou-se uma colônia de exploração sob o domínio de Portugal. Estabeleceu-se uma relação entre a Colônia e a Metrópole, a qual denominou-se : Pacto Colonial.

Final do século XVIII, período que se intensificavam as mudanças e transformações, na América e na Europa, graças a “Era das Revoluções”, que tinha como base as “idéias liberais” defendidas pelo Iluminismo – movimento cultural que criticava o absolutismo, o privilégio do clero e da nobreza, e, em contraposição, defendia a “liberdade” para todos. E assim, ocorre a Revolução Francesa fundamentada nestes princípios, cujo ideal era defender a “liberdade, igualdade e fraternidade”. Por outro lado, outro acontecimento: a Inglaterra em processo de revolução industrial desde meados do século XVII passou a sentir dificuldade em manter o seu desenvolvimento, sobretudo porque necessitava de matéria prima e de mercados consumidores para seus produtos; e o pacto colonial impedia a negociação direta com as colônias na América, uma vez que estavam sobre o domínio exclusivo de suas metrópoles.

Naquela época, Napoleão Bonaparte mantinha seu Império na França exercendo um forte poder sobre várias áreas da Europa, só lhe escapava a Inglaterra - forte potência econômica que mantinha relações com o comércio externo. Para atingi-la decretou “ O Bloqueio Continental “ (1806), proibindo qualquer relação comercial da Inglaterra com as “nações européias “ e suas “ colônias “. Portanto, a Inglaterra passa a defender o fim do exclusivismo entre a Espanha e Portugal, sobre as colônias mais ricas que as mantinham no Brasil, pressionado Portugal a embarca para o Brasil justamente no momento em as tropas napoleônicas ameaçam invadir Portugal. Chegando ao Brasil D. João VI é obrigado a abrir

os portos para comercialização com as nações amigas, o que significou dizer que estava abrindo para a Inglaterra. O Brasil deixava de ser colônia de Portugal passando à categoria de “ Reino Unido “, sobre o domínio britânico com acordo feito com a Inglaterra no Tratado de 1810 que garantia lhe o direito sobre as matérias-primas, pagar impostos mais baixos sobre os produtos acabados, enfim, manter relações diretas sobre os negócios brasileiros.

Mais adiante, os portugueses tentaram recolonizar o Brasil, porém D. Pedro (filho de D. João VI) se opõe e rompe os laços com Portugal juntamente com a Aristocracia Rural, num acordo que resultou na Proclamação da Independência a 07 de setembro de 1822, com o famoso e consagrado: “ grito do Ipiranga “ – “ Independência ou morte !” . E assim, o Brasil se torna “ Independente!”. Mesmo independente o país permanece com sua estrutura sócio-econômica e política, os grupos dominantes permanecem no poder e a escravidão continua sendo a base de sustentação dessa sociedade.

O PAÍS INDEPENDENTE?

Após proclamada a independência era preciso organizar o Estado politicamente. Portanto, foi convocada uma “Assembléia Constituinte” (1823), composta por membros da aristocracia (grandes proprietários e o clero, por exemplo); visando criar a “Constituição” que regeria o País. Os principais pontos em pauta para Constituição seriam:

- O Poder executivo (Imperador) submisso ao legislativo (Senadores e Deputados);
- Restrição à participação das camadas populares na vida política do País;
- Leis que atendessem aos interesses dos grupos dominantes;
- Direitos, deveres e obrigações para cada seguimento da sociedade;

REAÇÕES CONTRA A SEPARAÇÃO ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Declarado o Brasil independente e instaurado o regime monárquico com uma Constituição beneficiando uma minoria – a Elite, logo se acirraram as reações por parte daqueles que se sentiam à margem das decisões políticas, sobretudo. De um lado, os portugueses que defendiam a união entre Brasil e Portugal, geralmente militares que

representavam o Governo nas Províncias, principalmente nas do Nordeste. De outro, grupos aliados ao governo que defendiam a separação e lutavam pela sua manutenção, inclusive, tentando expulsar os portugueses.

As divergências entre os grupos dominantes e a situação pela qual passava o país, se intensificavam cada vez mais levando a população a uma insatisfação quase que generalizada, se não fosse parte dela está à margem do que acontecia. Insatisfação esta que tendeu a aumentar quando o Imperador mandou suas tropas invadir a Assembléia e dissolver a Constituinte em detrimento de outra que lhe garantisse plenos poderes sobre o País. E assim, contando com o apoio de alguns de seus aliados, elabora uma Constituição (1824) que lhe garante a manutenção do seu poder reforçado por um quarto poder – o Moderador.

A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

O Império brasileiro como vimos, era um poço de divergências políticas entre as camadas dominantes, na disputa pelo poder e em defesa de seus próprios interesses, quando na realidade deveria ser pela defesa dos interesses gerais da população como um todo. Nesse sentido, as tendências indicavam que as disputas só tendiam a se acirrarem, principalmente, nas províncias do Nordeste.

Pessoas envolvidas nos movimentos considerados “separatista” e “revolucionário”, defendiam o fim dos privilégios das elites, bem como, o fim do regime monárquico e “absolutista” em detrimento de um regime “liberal” e “democrático”, com a instauração do regime republicano.

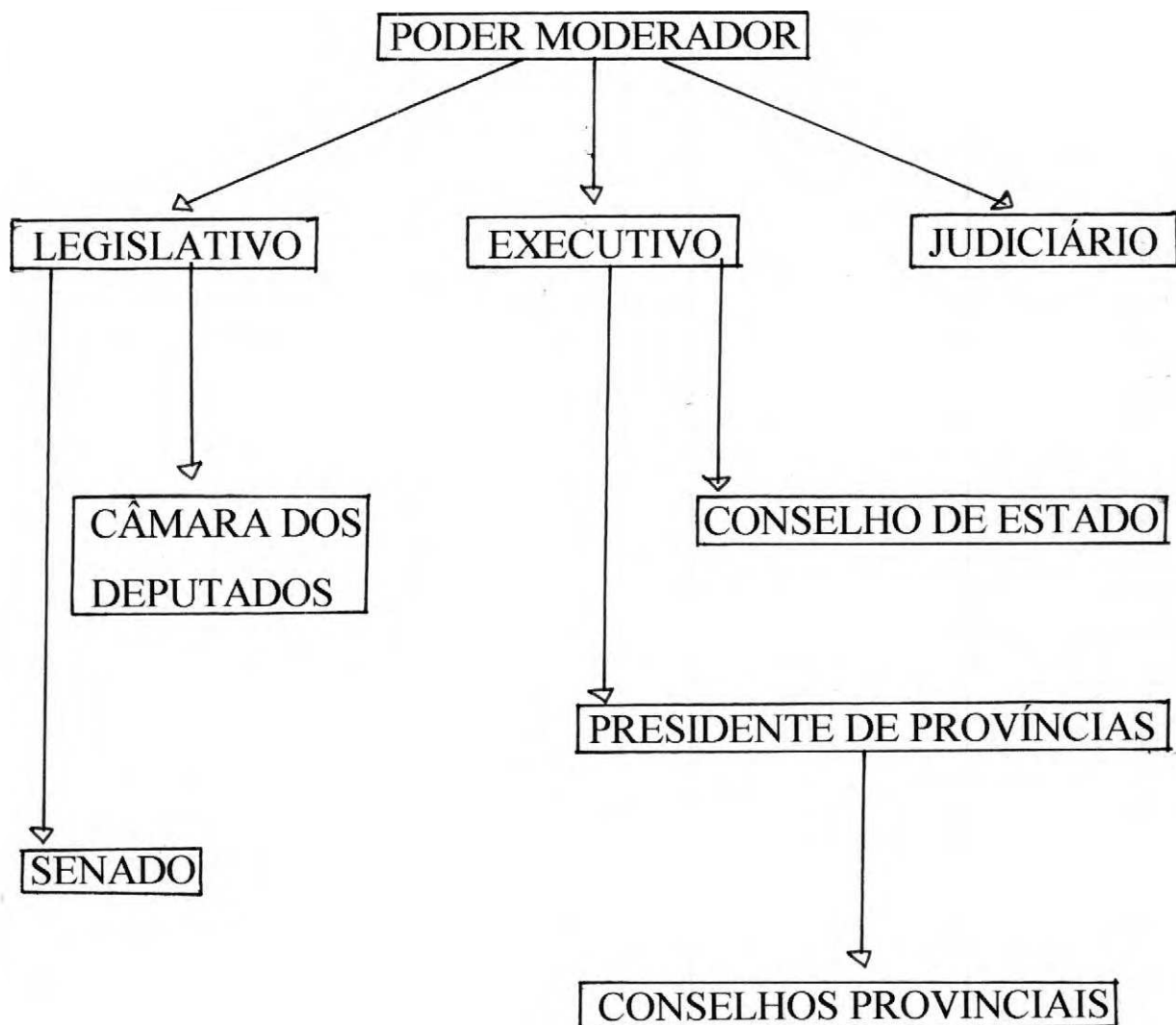
Portanto, pretendiam instaurar um sistema republicano com o lema: “Confederação do Equador”. À frente desse movimento se destacou o líder revolucionário conhecido como Frei Caneca, que foi condenado e executado em praça pública, tendo seu corpo esquartejado, sob as ordens do Imperador, servindo para ostentar o poder e o autoritarismo do “soberano”. Ocultada as diferenças, Frei Caneca nos aparece na história como herói. Queríamos nós sermos heróis como ele?

Não tardou muito e logo a tentativa fracassou, pois, por ordem do Imperador, as tropas do Exército de imediato tomaram o caminho rumo aos rebeldes, e contando com o

apoio dos grandes proprietários de terra, não hesitaram em queimar pólvora nos combates que causaram graves consequências ao povo e ao País. As consequências foram várias, entre elas destacamos as cobranças de altos impostos, como também, empréstimos realizados aos países estrangeiros aumentando ainda mais as nossas dívidas e dependências para com eles, bem como a morte de inúmeras pessoas inocentes que nada tinham a ver com as brigas políticas dos “peixes graúdos”. E assim, o governo saiu-se vitorioso, conseguindo sufocar o movimento de oposição e reafirmar o seu poder.

Com o retorno de D. João VI à Portugal, onde veio a falecer mais tarde, D. Pedro I se vê diante de mais um problema além dos que já lhe cercavam. Pressionado por todos os lados, a saída seria a abdicação em nome de seu filho D. Pedro de Alcântara, ainda menor de idade. Como estava impossibilitado de governar no Brasil e reinar em Portugal ao mesmo tempo, optou por seu país de origem e deixou seu filho no Brasil esperando a maioridade para assumir o trono; enquanto isso, uma nova fase de governo se instaura: a “Regência”, cujas pessoas foram nomeadas para governar o país em seu nome.

A PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA (1824)



ESCOLA ESTADUAL DE 1^º E 2^º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

DISCIPLINA: História

SÉRIE: 2^º Ano TURMA: A TURNO: Noite

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: Benjamim Montenegro

ALUNO(a): _____

“IDÉIAS LIBERAIS RONDAM PELO BRASIL”

Da Europa chegavam as idéias de liberalismo que se instalavam com uma máscara, ocultando a outra face: “absolutismo”, “desigualdades”, “repressão”, etc. Isto, só tendia a fortalecer a ira dos revoltosos. Havia naquela época, grupos políticos que se articulavam para defender seus interesses frente às disputas pelo poder; como por exemplo, os aristocratas que se utilizavam do discurso em nome da “pátria”, do “povo”, da “liberdade”, enfim, em defesa da “nação”. Mas, por outro lado, escondiam-se outros interesses que iam de encontro aos ideais de pessoas que nada tinham a ver com a maioria da população, e menos ainda, com os seus interesses de modo geral.

O liberalismo tinha mais sentido como um instrumento de luta contra a Metrópole, do que como sentido de liberdade e igualdade para todos, se, se entende por Nação, a união comum para todos, sobretudo, nos aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais, religiosos, etc. E, assim, se tentou construir a Nação que acabou ganhando cara e cores, à revelia de um povo que pouco entendia o que estava acontecendo, mas que em contraposição, podia sofrer na pele as consequências de tantos feitos e desfeitos em nome da Pátria, pelo menos.

A formação de uma nação é um processo demorado e longo; pode ser marcada por profundas transformações que podem ser rápidas e cruéis, deixando cicatrizes que nem o tempo pode apagá-las. A Proclamação da Independência do Brasil em 1822, pode ser considerada como um passo à formação de seu Estado Nacional. Mas, não parou por aí, e outros acontecimentos foram surgindo e contribuindo para esta difícil tarefa de se constituir uma nação, como por exemplo: a transição do Império à República.

Na história da Nação brasileira, não para de surgir os “heróis”. Embora muitas vezes desconheçamos a sua real identidade, o que teria os conduzido à tão consagrada honra, merecedora desse mérito que orgulha e engrandesce o espírito cívico dos cidadãos.

Seria mesmo a nação brasileira, uma nação de cidadãos? De heróis? Ou será que o Brasil ainda não constituiu a unidade necessária à formação de uma nação como tal? E, mais ainda, será que algum dia irá constituir-se?

ESCOLA ESTADUAL DE 1^º E 2^º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

DISCIPLINA : História

SÉRIE : 2^º Ano

TURMA : A

ESTAGIÁRIA : Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR : José Benjamim Montenegro

ALUNO(a): _____

O PERÍODO REGENCIAL

“E mais agitações vêm por aí”

Como vimos anteriormente em aulas passadas, o Brasil deixou de Colônia de Portugal tornando-se independente. Passando à categoria de Império e governado pelo imperador D. Pedro I, o país convivia com situações bastantes conflituosas entre os grupos que se encontravam no poder, como também, com as questões de caráter econômico, político, social, cultural, etc. Tal situação, teria de ser resolvida de uma forma de outra; ou seja, ou retornava ao sistema colonialista, ou consolidava a independência nacional. Portanto, com a abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831, se primou pela segunda alternativa .

Porém, como Pedro de Alcântara era menor de idade e não podia assumir o poder no lugar de seu pai, foi determinado que durante o período em que o herdeiro esperava pela a maioridade, o país seria governado por uma regência. Cujos regentes seriam eleitos em Assembléia Geral como mandava a Constituição, só que, os parlamentares estavam em recesso; e assim, alguns deputados e senadores se reuniram às pressas e formaram a Regência Provisória composta por três membros: um militar, um deputado conservador e um senador liberal. O triozinho governaria até que a Assembléia fosse reaberta para ser escolhido em eleições, os novos regentes que governaria até o momento em que a criancinha se tornasse maior de idade.

A Regência Trina Provisória foi substituída pela Regência Trina Permanente, eleita pelo Parlamento, que determinou que os regentes não teriam o direito ao Poder Moderador, nem dissolver a Câmara dos Deputados e menos ainda, conceder títulos nobiliárquicos e condecorações. Essa regência governaria por quatro anos – de 1831 a 1835.

AS TENDÊNCIAS POLÍTICAS

Este é um período conturbado de nossa história, marcado por lutas e conflitos entre os grupos dominantes na política – restauradores, exaltados e moderados - na disputa pelo poder, como também, pelas revoltas que ocorriam nas províncias ameaçando o resto do País; sobretudo porque a regência era vista como a ascensão política da Aristocracia Rural, principalmente, quando começaram a surgir as primeiras modificações na Constituição outorgada que, desde a sua criação já a beneficiava, e com essas alterações mais ainda. Pois, tinham a pretensão de proteger os proprietários contra tentativas absolutistas e em contraposição defendiam a descentralização do poder.

A aristocracia rural no poder, pretendia organizar a sociedade brasileira de acordo com seus interesses; até mesmo acabar com os movimentos dos revoltosos que representavam ameaças cada vez mais fortes frente aos interesses e pretensões dos “donos do poder”. No entanto, a tarefa não era fácil e desafiava a capacidade dos poderosos de sufocar as rebeliões.

Nessa época a articulação política girava em torno de três grupos:

Restaurados: formado basicamente por portugueses, comerciantes que defendiam a volta de D. Pedro I e a conservação do absolutismo do imperador;

Liberal moderado : composto basicamente pelos membros da aristocracia rural que defendiam a manutenção do regime monárquico e a escravidão, bem como, um governo centralizado;

Liberais radicais / exaltados: formado pelos proprietários de terra e membros das camadas médias urbanas e do Exército, defendiam a descentralização do poder, o fim da monarquia, e as idéias republicanas.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 1º GRAUS ADEMAR VELOS DA SILVEIRA

DISCIPLINA: História

SÉRIE: 2º Ano

TURMA: A

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: Benjamim Montenegro

ALUNO(A): _____

O PERÍODO REGENCIAL

“As revoltas continuam”

Por volta de 1834, morre D. Pedro I e o grupo dos restauradores deixou de existir. Logo os moderados contando com o apoio dos fazendeiros, derrotaram os exaltados que foram presos, perseguidos, expulsos do País e mortos. Os moderados dividiram-se em dois grupos: os PROGRESSISTAS (futuro Partido Liberal) e os REGRESSISTAS (futuro Partido Conservador). Ambos, donos da situação dominaram o governo durante o período monárquico até 1889, quando se proclama a República.

SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE LIBERAIS E CONSERVADORES

CONVERGIAM: - defendiam os interesses dos grandes proprietários rurais;

- eram contra qualquer mudança no sistema do País;
- restringiam o direito de voto entre a população;
- defendia seus interesses frente ao poder.

DIVERGIAM: Liberais: - eram a favor de uma maior liberdade para as províncias;

Conservadores: - eram a favor da centralização do poder.

E O SANGUE ESPIRROU!

Que a história do Brasil não tem nada de pacífico, nem de harmônico, isso já sabemos. Só que uns períodos foram mais conturbados que outros, como por exemplo: “o

Período Regencial”. As rivalidades se intensificavam a cada instante de luta, e sangrentas rebeliões iam deixando suas marcas no corpo, na alma, na terra. Em várias áreas destacaram-se fortes movimentos de revoltas e reivindicações: no Pará – a Cabanagem (1835 – 1840); na Bahia – a Sabinada (1837 – 1838); no Maranhão – a Balaiada (1838 – 1841); no Rio Grande do Sul – a Guerra dos Farrapos (1835 – 1845).

A CABANAGEM

“Animais ferozes, cujas orelhas serviram de colar a ser ofertado como troféu “

Os motivos eram vários para provocar insatisfação e revolta entre a população que desde algum tempo já vinha sofrendo as consequências de um País que pretendia se organizar enquanto uma Nação.

A fome, a miséria, a injustiça social, a discriminação, entre outros, se constituíram como os ingredientes mais picantes na história das rebeliões. No Pará não foi diferente. camadas da sociedade se viam diante de sonhos e desejos desfeitos em meio a uma luta de conflitos e tensões gerada pelos mais diversos sentidos e interesses.

O movimento recebeu a denominação de “Cabanagem” devido às condições em que se encontrava parte dos membros integrantes, que não eram das melhores; pois, viviam em cabanas às margens dos rios. E assim, cabanos, fazendeiros, comerciantes, todos estavam lá. Teriam eles os mesmos objetivos? Certamente, melhores condições de vida todos queriam. E o poder? Era preocupação de quem estava prejudicado em situações financeiras? Ou de quem estava com fome por exemplo? A violência e a morte de tantas pessoas valem tanto assim em nome da Independência, da Nação, do Poder?

É, entre a ascensão política, econômica, social, e o viver dignamente como um cidadão brasileiro, há muito o que se discutir.

A SABINADA (BAHIA – 1837-1838)

“O senhor Sabino cede o nome”

O período parece curto, porém, o movimento foi de longa duração e tão violento quanto os demais. Revoltados com a situação do país, os rebelados queriam além de melhorias na qualidade de vida, instaurar a “República Bahiense”, pelo menos até Pedro de Alcântara assumir o poder.

Sabe-se que isto não foi possível. As tropas do exército imperial rapidamente foram acionadas, com o objetivo de sufocar os revoltosos. A Bahia tornou-se palco de uma das cenas mais cruéis: casas lançadas em chamas, corpos ardendo no fogo, por exemplo, etc.

E assim, centenas de pessoas saem de cena no país dos espetáculos.

A BALAIADA (MARANHÃO – 1838-1841)

“Entre um cipó e outro surge um balaio”

No Maranhão, o movimento revoltoso pouco diferenciava-se dos demais ocorridos em outras áreas do país; sobretudo porque não podemos pensar um isolado do outro.

Membros das várias camadas sociais acabavam participando, de uma forma ou de outra, desses movimentos. Pois, na maioria das vezes, eram manipulados pelas forças de outras pessoas que estavam à frente desses movimentos e, que, pouco ou quase nada, se interessavam com seus problemas e interesses.

O descontentamento e as reivindicações, eram basicamente os mesmos em todas as áreas atingidas. A população de modo geral, queria melhoria de vida, de trabalho, direito a participar das decisões políticas do país, e acima de tudo, um governo que governasse em benefício do povo.

Como resultado e solução para tantos problemas, aparecia sempre muita violência; principalmente por parte do governo que, ao invés de procurar resolver, ou pelo menos amenizar, a difícil situação da maioria da população, pelo contrário, acionava o Exército colocando suas tropas à caminho dos revoltosos, contribuindo para aumentar as perseguições, as prisões, as mortes, tomada de bens, etc.

GUERRA DOS FARRAPOS (RIO GRANDE DO SUL – 1835-1845)

“Os farrapos cobrem o corpo ensanguentado”

Uma década de luta, daria para semear boas sementes para germinar as futuras gerações. Mas, cultivou-se conflitos, tensões, insatisfação, violência, morte.

Os motivos para tanto foram vários e não menos diferentes dos demais, que levaram outras pessoas a se revoltarem contra o governo e contra o sistema vigente no País.

As próprias condições de vida da maioria da população já eram suficientes para gerar um movimento de contestação. Entre as várias reivindicações buscava-se reformas sociais; mais liberdade e autonomia para as províncias; o direito ao alargamento à participação de membros da comunidade nas decisões políticas da sociedade; enfim, melhorias na qualidade de vida.

Por fim, estamos diante de mais uma situação nada condizente com a realidade de uma sociedade que pretendia tornar-se uma unidade hegemônica de cidadãos livres e independentes, e instituir-se enquanto nação, para crescer e desenvolver o seu nacionalismo brasileiro.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

SÉRIE: 2º Ano

TURMA: A

TURNOS: Noite

DISCIPLINA: História

ESTAGIARIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: José Benjamim Montenegro

ALUNO(a): Nº:

O SEGUNDO REINADO

“Uma velha coroa para um novo imperador”

O Segundo Reinado ou a última fase do Império brasileiro, durou cerca de meio século (1840-1889), quando se proclama a República. Durante esse período, os problemas que vinham desde o início tenderam a se complicar ainda mais.

Os vários grupos sociais e políticos permaneceram na disputa pelo poder e defesa de seus interesses. Os grupos dominantes visavam acabar com os problemas sufocando os movimentos revoltosos e defendendo a centralização do poder. Tanto os “progressistas” como os “regressistas”, acreditavam que a “crise de autoridade” que havia se instaurado no poder poderia ser resolvida com a coroação de Pedro de Alcântara. Para isso, foi necessário o “golpe da maioria” já que Pedro era menor de idade e a Constituição pregava a maioria aos dezoito anos. E assim, ignora-se a Lei e coroa o jovem adolescente com o título de D. Pedro II, com apenas 14 anos de idade.

Para governar o país o jovem imperador institui a “Monarquia Parlamentar” e passa a dividir o poder com outros membros. Nomeou o presidente do “Conselho de Ministros” e este, escolhia os demais ministros.

Enquanto os grupos dominantes brigavam entre si na disputa de seus interesses, a maioria da população estava à margem dessa situação e continuava no exercício do seu trabalho para manter de pé a estrutura do país e os governantes, que lá estavam e que pouco ou quase nada, faziam para melhorar suas condições de vida.

Os movimentos revoltosos continuaram ocorrendo à medida em que aumentavam as insatisfações e descontentamentos contra o governo e o sistema do país. Mais um deles estourou em Recife, denominado de “A Praieira”. Movimento armado que lutava pelo direito

ao voto a toda população; liberdade para a imprensa; comércio livre do domínio estrangeiro; fim da escravidão; garantia de melhores condições de trabalho; fim do Império; enfim, mudanças em todos os setores da sociedade. Os praeiros lutaram durante três anos, não conseguindo muito sucesso as tropas do governo acabam de sufocá-los, pondo um fim ao movimento.

O TERRITÓRIO COBIÇADO

O Paraguai tornou-se um território independente de outros países e oferecia as melhores condições de vida possíveis à sua população. Porém, não podia continuar isolado do resto do mundo. Precisava manter relações com outras nações, inclusive, para vender seus produtos. Para ter acesso às novas conquistas só passando pelo território com fronteiras com o Uruguai, a Argentina e o Brasil. Todos eles também demonstravam interesses pelo Paraguai. Portanto desencadeia-se mais uma luta longa e sangrenta, pondo em risco sonhos, conquistas e vidas, quase sempre inocentes.

Ao final da guerra que durou cerca de cinco anos, os países envolvidos saíram mais com prejuízos do que com vantagens. O Brasil e a Argentina ganharam alguns quilômetros de terras em troca de sangue e lágrimas de seus habitantes. Além disso, tornaram-se cada vez mais dependentes do domínio inglês, já que a Inglaterra também interessada nas relações com o Paraguai, investe recursos financiando a guerra entre os países envolvidos.

A SOCIEDADE E A ECONOMIA NO SEGUNDO REINADO

Em termos de economia a sociedade continuou com sua estrutura agro-exportadora, baseada na mão-de-obra escrava; cujo principal produto em evidência na época, era o café. Quanto a organização social, um pequeno grupo de aristocratas - os “barões do café” – dono do poder econômico e político, formando a camada elitista da sociedade, ao passo que o restante da população era formada por escravos, homens pobres livres, imigrantes, todos responsáveis pela manutenção do país e privilégios das elites dominantes. O país teria vivido um período de estabilidade política e de desenvolvimento, devido ao cultivo do café

e do surgimento das indústrias. A partir daí as relações do Brasil com a Inglaterra tornaram-se mais flexíveis e o País passou a manter relações com outras nações. A Europa por exemplo, começou a exportar seus produtos industrializados diretamente ao Brasil.

A sociedade conheceu um novo estilo de organização com a formação dos grupos dos senhores do “novo ouro”(café); diferentemente dos senhores de engenho os do café optaram pelo espaço urbano, embora à princípio este fosse apenas uma extensão do espaço rural. Pois, não havia estrutura e infraestrutura adequadas para dar respaldo de cidade ao espaço que estava constituindo-se como urbano. Surgiram também nesse momento: novos veículos de comunicação como o telégrafo e o telefone; bancos; lojas; indústrias. Só a partir disso é que surge a preocupação de se exigir melhores condições à qualidade de moradia e de vida, como por exemplo: rede de esgoto, iluminação, transporte, abastecimento de água, casas, entre outros.

Com o avanço da industrialização a estrutura sócio-econômica brasileira passa a sofrer algumas modificações, à exemplo: a substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra assalariada; o cultivo de produtos complementares, como a borracha, o cacau, por exemplo; pois, o açúcar e o algodão além de estar em decadência devido à baixa nas exportações, o Brasil enfrentava a concorrência com o açúcar de beterraba europeu e com o algodão norte-americano.

A CAMPANHA ABOLICIONISTA

A Inglaterra por ser uma das principais interessadas na abolição da escravatura, pois liderou a “Revolução Industrial”, apoia o Brasil nesse empreendimento. Só assim, poderia ampliar seu capital com a abertura de novos mercados consumidores, uma vez que, os escravos transformados em assalariados passariam à categoria de consumidores. E portanto, só com a abolição essa possibilidade poderia concretizar-se. Em nenhum momento percebemos, pelo menos nos livros didáticos, a preocupação com o lado humano do escravo. Que eles foram considerados como mercadoria, isto nós sabemos, sabemos também, que o interesse dos grupos dominantes não era o de reparar os danos e maus tratos causados à esses seres indiscriminados e escamoteados da sociedade, que tanto derramaram seu suor para mantê-la e, sim, porque viam neles, a possibilidade de alargar a dominação de

forma disfarçada e tirar melhor proveito da situação, até mesmo em relação a dominação escravista, cujas práticas já não mais se permitia.

A campanha abolicionista contou com o apoio de jornalista, intelectuais, estudantes, e políticos; e aliada às Leis de proibição à escravatura vão dar um respaldo considerável à abolição. Foram criadas várias leis como a “Lei do Ventre Livre”(1871) tornando “livre “ o negro que nascesse dessa data em diante; a “Lei dos Sexagenários” que dizia ser “livre” o escravo que completasse sessenta anos de idade; e por fim, a monarquia numa tentativa de recuperar a popularidade, decide decretar a “Lei Áurea” assinada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888, colocando um ponto definitivo na escravidão. Porém, já era tarde demais, visto que quase não havia escravo a ser libertado no País àquela época.

Viva a abolição! Mas quem comemorou?

(ver charge)

OS IMIGRANTES E O TRABALHO ASSALARIADO

“O sonho frustrado”

Sabe-se que por volta de 1850 é decretada a “Lei Eusébio de Queirós”, proibindo o tráfico negreiro da África; a partir daí, a lavoura cafeeira começou a sentir a escassez de mão-de-obra no cultivo e os proprietários a preocupar-se com o ritmo de produção de seus produtos. Havia saída? Claro! “Os nossos queridos imigrantes”! Nessa época no Brasil já havia boa parte de trabalhadores imigrantes que deixavam sua terra natal e partia em busca de melhores condições de vida.

O trabalhador imigrante tornou-se a mão-de-obra necessária aos interesses dos latifundiários; estes, empreenderam várias campanhas sob a forma de “sistema de parceria”, na qual atraíam as pessoas para trabalhar no Brasil em troca de promessas que lhes garantiriam melhores condições na qualidade de vida.

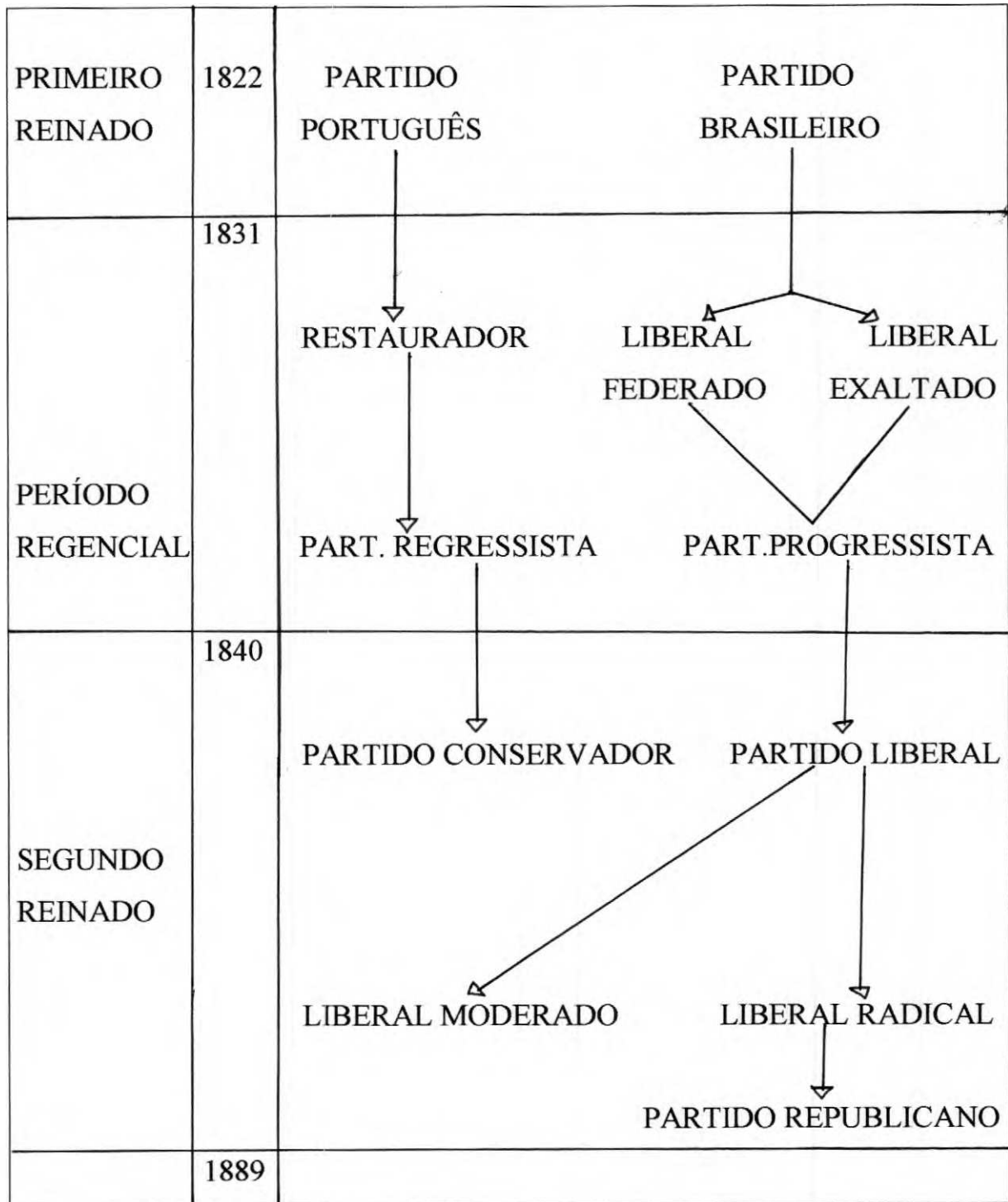
Os fazendeiros financiavam a vinda dos imigrantes e arcavam com todas as despesas como vestuário, alimentação, moradia, etc., como forma de pagamento o trabalhador era obrigado a permanecer na propriedade do patão cultivando a terra e produzindo o máximo possível para enriquecê-lo, essa era a regra que eles tinham que seguir até pagar as suas dívidas que cresciam a cada dia impedindo-os de deixar as terras do

proprietário. Dessa forma, poderíamos considerar essa relação como uma forma de escravidão disfarçada. Pois, quem é mais fácil de ser dominado e explorado, o escravo ou o trabalhador assalariado? Eis a questão!

Por fim, ao trabalhar as questões do Brasil Imperial, mais precisamente a sua última fase ou Segundo Reinado, vimos que os problemas foram vários, mas foram várias também, as possibilidades de mudanças permeadas pelas idéias de ruptura no sistema governamental e administrativo do País, que de “monárquico e parlamentar” passaria ao “republicano e presidencialista”. A abolição da escravatura e o avanço militar juntos às idéias dos republicanos, bem como, as mudanças e transformações expandindo-se pelo mundo, contribuíram para o fim da Monarquia e instauração da República brasileira

E assim, numa conspiração envolvendo membros do “Partido Republicano” e do “Clube Militar”, é proclamada a República brasileira, sob a liderança do Marechal Deodoro da Fonseca, no dia 15 de novembro de 1889. A partir daí em diante, cabe a nós refletir antes de mergulhar na república, que será trabalhada numa outra ocasião.

A TRAJETÓRIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL DURANTE O IMPÉRIO



ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

DISCIPLINA : História

SÉRIE: 2º Ano TURMA: A TURNO: Noite

ESTAGIÁRIA : Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: Benjamim Montenegro

ALUNO(a): _____

EXERCÍCIO DE VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

“A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL”

- 1.0- No seu entendimento, o que significa independência? Responda essa questão, relacionando-a às discussões das aulas sobre a Independência do Brasil e justifique sua resposta, tentando perceber se os significados são diferentes e/ou semelhantes; e se a separação entre o Brasil e Portugal, tal como nos apresentam, pode ser considerada como uma relação de independência.

- 2.0- Na sua opinião, a Constituição (1823/1824) elaborada para ditar as Leis e reger o País, foi pensada para atender às necessidades e interesses da população, de modo geral? Justifique sua resposta relacionando-a ao seu entendimento acerca do assunto.

- 3.0- Sabemos que durante o Império (basicamente de 1822 a 1889) as relações entre os vários grupos sociais, aconteceram em meio a conflitos e tensões, que deixaram marcas profundas registradas na história da humanidade brasileira, como a escravidão por exemplo; então diante desses argumentos, tente desenvolver algumas questões acerca desse momento histórico.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR V. DA SIVEIRA

SÉRIE: _____ TURMA: _____ TURNO: _____

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Souza Burity

PROFESSOR-ORIENTADOR: José Benjamim Montenegro

ALUNO(A): _____

EXERCÍCIO DE VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

“Período Regencial”

1.0- Encontre o significado de cada um dos conceitos a baixo:

Provisório	Império	Monarquia
Absolutismo	Rebelião	Assembléia
Aristocracia	Regência	Parlamento
Nacional	Liberal	Autonomia
Constituição	Política	Constituinte

2.0- Após encontrar o significado dos conceitos, escolha alguns para escrever um pequeno texto fazendo pontes com o texto trabalhado na aula sobre o assunto abordado.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 1º GRAUS ADEMAR VELOS DA SILVEIRA

DISCIPLINA: História

SÉRIE: 2º Ano

TURMA: A

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: Benjamim Montenegro

ALUNO(A): _____

EXERCÍCIO DE VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

“PERÍODO REGENCIAL”

“As revoltas continuam”

- 1.0- Trace um panorama dos principais aspectos que na sua opinião contribuíram para gerar insatisfação, conflito, miséria, rebeliões, desigualdade social, entre as várias camadas da sociedade imperial.

- 2.0- Diante da situação em que se encontrava o Brasil àquela época do Império, como você avalia as possibilidades de o País se tornar uma nação, levando em consideração a sua compreensão acerca do conceito de nação?

- 3.0- Elabore um quadro demonstrativo apontando as principais diferenças e semelhanças, entre os movimentos revoltosos (Cabanagem, Balaiada, Sabinada, Guerra dos farrapos) que eclodiram em várias áreas do País.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

SÉRIE: 2º Ano

TURMA: A

TURNO: Noite

DISCIPLINA : História

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Souza Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: José Benjamim Montenegro

ALUNO(a): Nº:

EXERCÍCIO DE VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM

1.0- RESPONDA:

1.1- Com base nos texto e no vídeo trabalhados na sala de aula, escreva um pequeno texto enfatizando os aspectos econômico, social e político, que compunha a sociedade imperial, em especial, durante o Segundo Reinado, levando em consideração os avanços da tecnologia que expandiam-se no Brasil e no mundo, àquela época.

1.2- Na sua concepção, como a Campanha abolicionista foi articulada e qual a contribuição por ela concedida ao fim do sistema escravista no Brasil?

1.3- Discuta a passagem da mão-de-obra escrava à mão-de-obra assalariada.

1.4- Discuta o porquê do “sonho frustrado” dos imigrantes no Brasil em fins do Império.

1.5- “Viva a abolição!” Mas quem comemorou? E por quê?

1.6- Trace um perfil do Brasil imperial às vésperas da proclamação da República, inclusive, considerando a passagem de uma forma de governo (monárquico/parlamentar) à outra (republicano/presidencialista).

Disciplina: História
Série: 2º ano Turma: A Turno: noite
Estagiária: Elizeuda de Sousa Buriti
Professor – Orientador: José Benjamim Montenegro

Lista de Presença

Eléide Francisco da Silva Nº 06

Valéria Francisca da Silva Nº 13

Márcia Maria dos Santos Oliveira Nº 31

Márcio Gomes dos Santos Nº 30

Luci Eléide dos Santos Silva Nº 28

Kindoci Bezerra Baralante Nº 27

* Anastore medeiros Fernandes Nº 04

Jorge Anderson Ferreira Nº 23

Gaudete Santos Nº 07

Damásio Gomes Ferreira Nº 08

Ygor Carlos Gomes Ferreira Nº 21

Roberto dos S. Clementino Nº 40

Ronaldo Jefferson Barbosa Nº 41

Joséilton Francisco

Márcia Tavares de Moraes Nº 32

Zuleide Tavares Nº 50

Fabiana Tavares Nº 32

Daniela Pereira S. de Oliveira Nº 09

Rosângela Silva Domingos Nº 42

Vany Romão de Souza Nº 47

Wladimir Raulo de Souza Nº 46

Aristônio Nunes Pereira

Valter Marques Santos Nº 48

Flávio Alves dos Santos Nº 16

Lita de Oliveira Martins

Antônio Costa Gomes

Osman Gilberto Silva Nº 43

Sergivaldo de Souza Lima Nº 44

Carlos Michel da Costa Bezerra Nº 05

Escola Estadual de 1º e 2º graus Ademar Veloso da Silveira

Disciplina: História

Série: 2º ano Turma: A Turno: noite

Estagiária: Elizeuda de Sousa Buriti

Professor - Orientador: José Benjamim Montenegro

Lista de Presença

- 1 - Spirito Pereira de Melo N° 26
- 2 - Gilmara Bezerra Barakante N° 27
- 3 - Osmar Glaucio Silva N° 43.
- 4 - Glaustone Silva Albuquerque n° 18
- 5 - Serivaldo de Souza Lima N° 44
- 6 - Valter Marques Santos N° 48
- 7 - Flávio Alves dos Santos N° 16
- 8 - Glauber Ferreira 19
- 9 - Jonathan Anderson Ferreira N° 23
- 10 - Regilaine Silva Bezerra N° 38
- 11 - Elaine Cristina n°: 11
- 12 - Edvénia de Aguiar Paulino n° 10
- 13 - Renaldo Silva Domingos n° 42
- 14 - José Carlos Gomes Ferreira n° 21
- 15 - Márcia Gomes dos Santos n° 30
- 16 - Daniela Pereira S. Silveira n° 09.
- 17 - Claudete Soares Cunha N° 7
- 18 - Marcia Maria dos Santos Dória n° 31
- 19 - Marcela P. Rodrigues n° 29
- 20 - Carlos Michel de Fátima Prevedo. n° 05
- 22 - Marcella Farias de Moura n° 32
- 23 - Yony Rennys F. de Sousa n° 47
- 24 - Zuleide Tavares da Silva n° 50
- 25 - Fabiana Tavares de Moura N° 12
- 26 - Rosalinda Figueira Barbosa N° 41
- 27 - Roberto dos S. Clemente N° 40.
- 28 - Verônica N° 43
- 29 - Rosalinda Gomes dos Santos n° 25.
- 30 - Tereza Francisca de Souza N° 13
- 31 - Lucicleide dos Santos Silva

ESCOLA ESTADUAL DE 1º e 2º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

DISCIPLINA : História

SÉRIE: 2º Ano

TURMA: A

TURNO: Noite

ESTAGIÁRIA: Elizeuda de Sousa Buriti

PROFESSOR-ORIENTADOR: José Benjamim Montenegro

EXERCÍCIO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- NOTAS REFERENTES AO 3º BIMESTRE DO ANO LETIVO DE 1998.

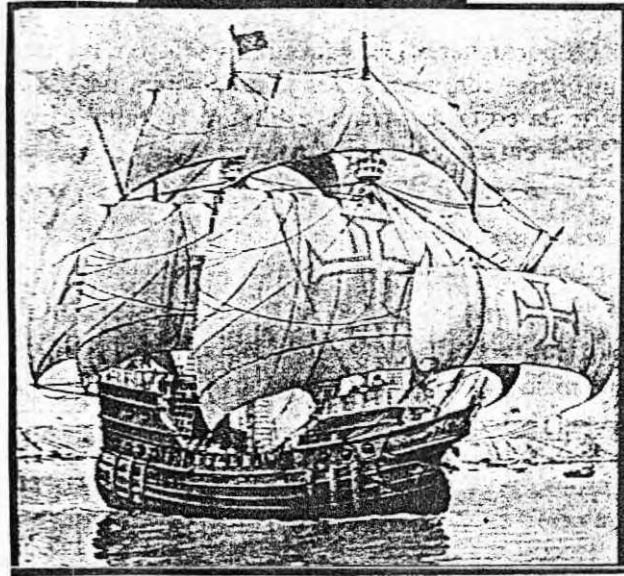
ALUNOS	NOTAS	
ARISTELMA NUNES PEREIRA	7,0	8,0
ASSILONE MEDEIROS FERNANDES	N/C	N/C
CARLOS M. C. AZEVEDO	9,0	9,0
CELEIDE F. DA SILVA	7,0	7,0
CLAUDETE DANTAS	9,0	8,0
DAMIÃO FONSECA	7,0	7,5
DANIELA P. S. DE OLIVEIRA	8,0	9,0
ELAINE CRISTINA SOUTO	8,0	8,0
EDVÂNIA DE AGUIAR PAULINO	8,0	8,0
FABIANA TAVARES	7,0	7,0
FÁBIO FRANCISCO DA SILVA	7,0	8,0
FLÁVIO ALVES DOS SANTOS	N/C	4,0
GIRLANE	6,0	6,0
GLAUBER FERREIRA	7,0	7,0
GLADSTONE SILVA ALBUQUERQUE	4,0	N/C
JOSÉ CARLOS G. FERREIRA	8,0	7,5
JOSEILDA GOMES DOS SANTOS	8,0	8,5
JONATHAN A. FERREIRA	7,5	8,0
JOSEILDO PEREIRA MELO	N/C	4,0
JOSÉ H. FIGUEIRA	N/C	N/C
LINDACI BEZERRA CAVALCANTE	4,0	N/C
LUCICLEIDE DOS SANTOS	8,0	8,0
MÁRCIA TAVARES DE MORAIS	8,5	8,0
MÁRCIA MARIA S. OLIVEIRA	7,0	6,0
MÁRCIA GOMES DOS SANTOS	8,0	7,5
MARIA EDILEIDE	5,0	6,0
MARCELA P. RODRIGUES	7,0	8,0
OSMAR GLAÚCIO DA SILVA	7,0	8,0
ROBERTO DOS SONTOS CLEMENTINO	7,5	8,0
REGILAINE SILVA BEZERRA	7,0	8,0
RITA DE CÁSSIA MARTINS	4,0	N/C
ROSINEIDE SILVA DOMINGOS	8,0	8,0

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLO, Maria de F. G. A Didática na Reforma do Ensino, Livraria Francisco, Rio de Janeiro, 1984.
- COOMBS, P. H. Fundamentos do Planejamento Educacional. Tradução de Leônidas de Carvalho e Lólio de Oliveira (Org.), Editora Cultrix, São Paulo, 1981.
- CHAFFER, Jonh & LAWRENCE, Taylor. A História e o Professor de História, Livros Horizontes, Lisboa, 1984.
- FELGUEIRAS, Margarida Louro. Pensar a História – Repensar o seu ensino. Porto Editora, Portugal, 1994.
- MOYSÉS, Lúcia M. O Desafio de Saber Ensinar, 3ª edição, Papirus, São Paulo, 1998.
- MICELI, Paulo. “O quadro (muito) negro do ensino no Brasil”. In: Obra Coletiva referente ao Convênio CENP / UNICAMP, Campinas, Editora Papirus, s/d.
- NADAI, Elza. Memória, História e Historiografia. Dossiê Ensino de História Revista Brasileira de História, Vol. 13, São Paulo, 1993.
- _____ O Ensino da História e a Pedagogia do Cidadão. In: Sociedade e Trabalho na História, ANPUH/Marco Zero, 1996.

- NEVES, Joana. “Como se Estuda História”. UFPB – CAMPUS – I, João Pessoa, s/d.
- PILETTI, Claudino. Didática Geral, 7ª edição, Editora ática S/A, São Paulo, 1986.
- PROÊNÇA, Maria Cândida. Ensinar / Aprender História – Questões de didática aplicada, Livros horizonte, Lisboa, 1990.
- VEIGA, Ilma P. Alencastro. Técnicas de Ensino: Por que não? (org.), Ed. Papyrus, (Coleção Magistério): Formação e Trabalho Pedagógico, 6ª Edição, Campinas, São Paulo, 1991.
- _____ . Repensando a Didática, 16ª edição, Editora Papyrus, Campinas, São Paulo, 1995.

CARAVELA



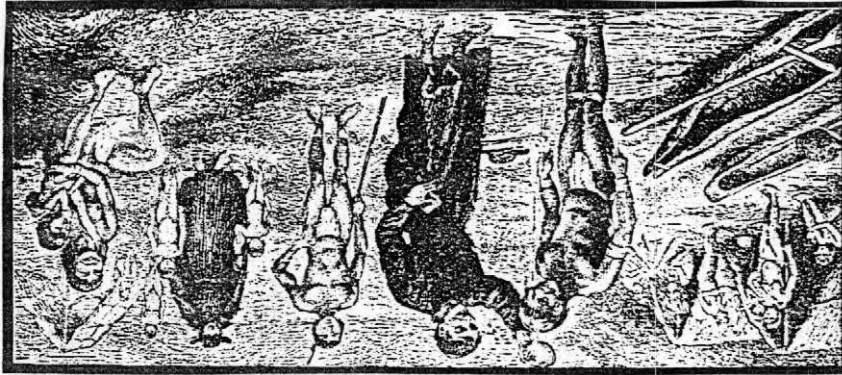
ENCONTRO COM O DESCONHECIDO



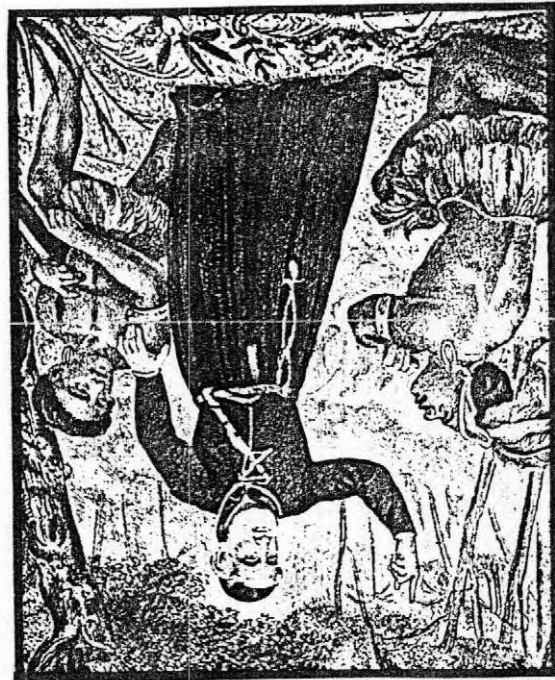
EXPEDIÇÃO COLONIZADORA



ESCRAVISAÇÃO DE ÍNDIO



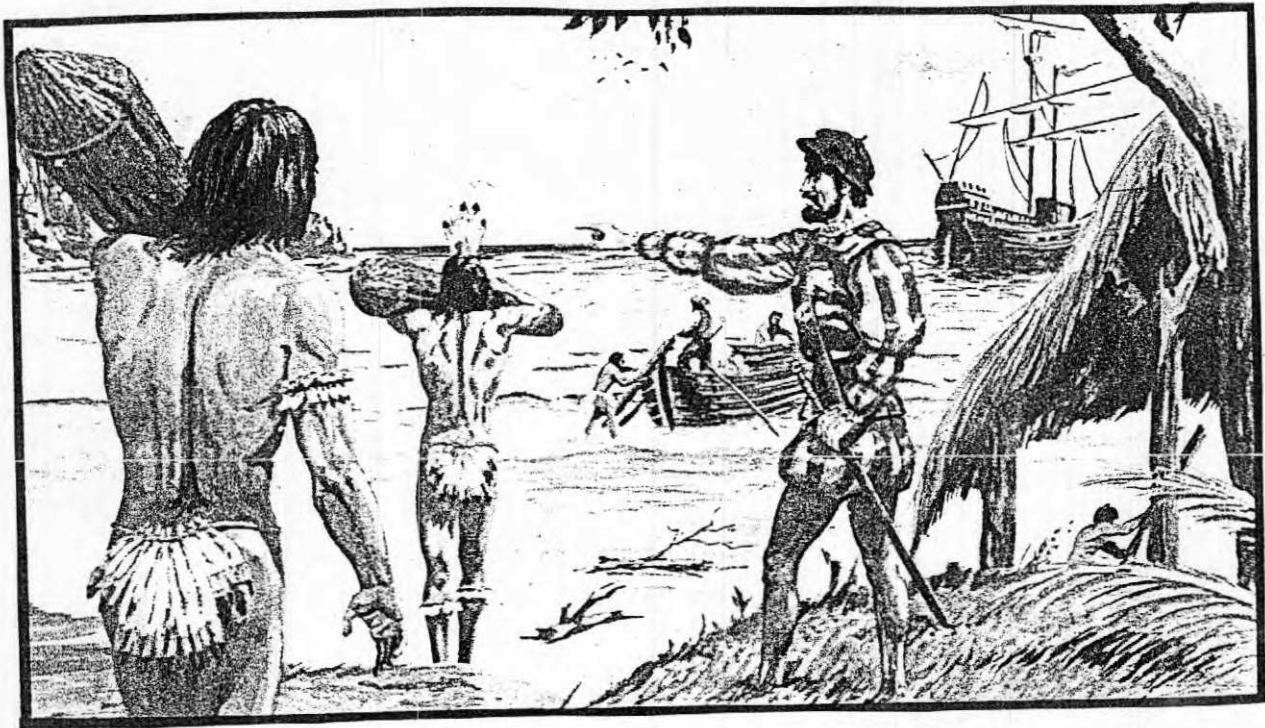
BATISMO



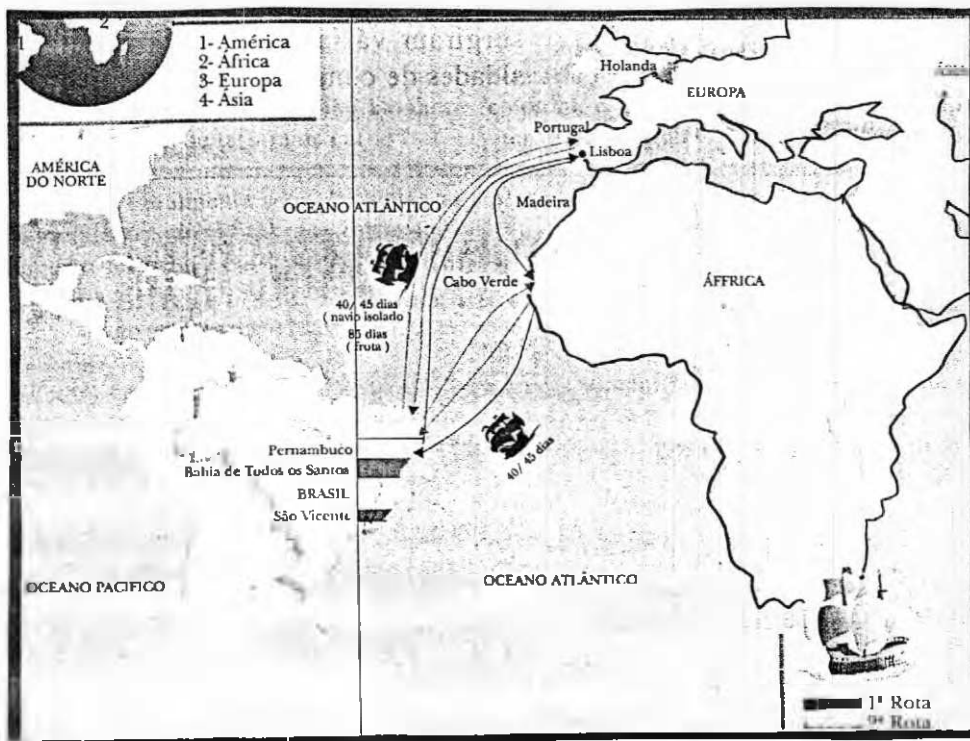
CATEQUIZAÇÃO DE ÍNDIO

EXPLORAÇÃO DO PAU-BRASIL

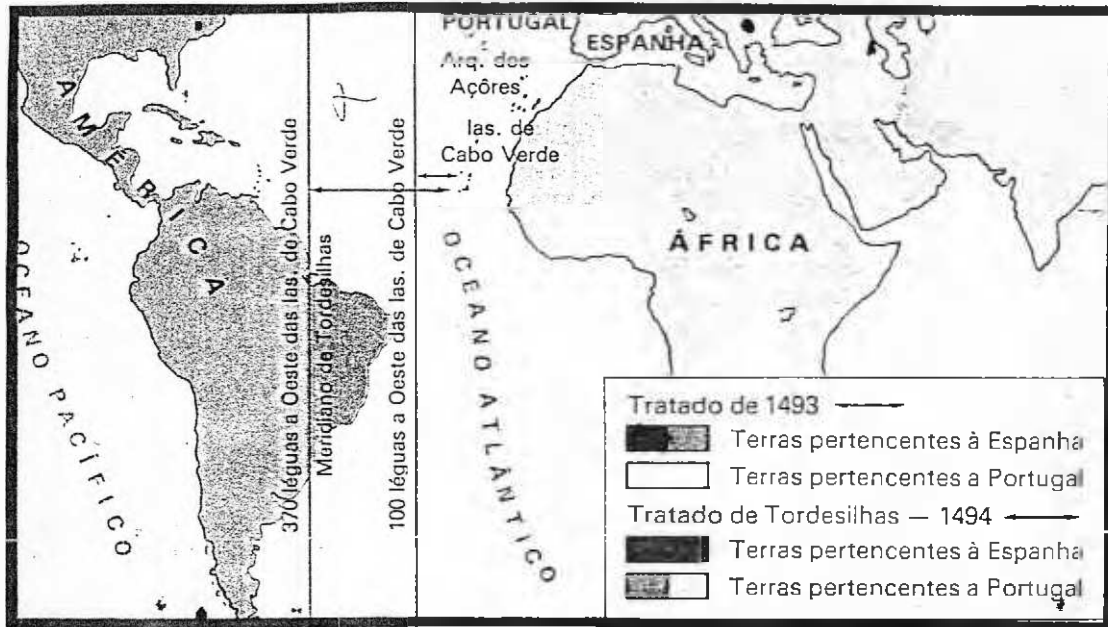
ESCAMBO



ROTA COMERCIAL DA COLÔNIA



TRATADO DE TÔRDESILHAS

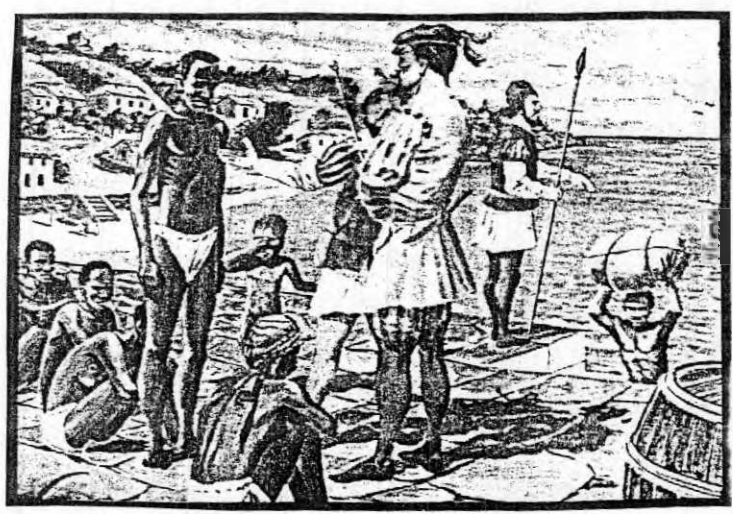
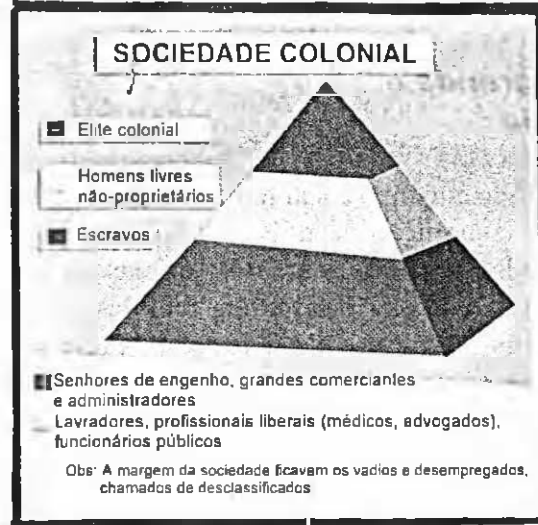


CAPITANIA HEREDITÁRIA



MAPA DO BRASIL SÉCULO: XVI

HIERÁRQUIA SOCIAL



SENZALA



O BRANCO



VESTIMENTA EUROPÉIA

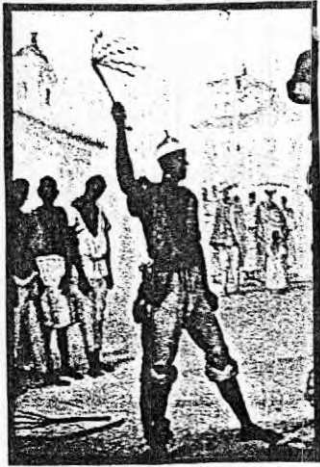
O ÍNDIO



O NEGRO



VESTUÁRIO DO ESCRAVO



MOEDA PORTUGUESA

CRUZADO



CAPITÃO DO MATO



100000 RÉIS
DE GRATIFICAÇÃO POR CADA ESCRAVO,
e pagou-se todas as despesas que se fizer com
elles ate serem entregues a seu Sr.

GRATIFICAÇÃO POR ESCRAVO CAPTURADO

A FAMILIA REAL PORTUGUESA



PASSEIO DA CINHAZINHA



INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

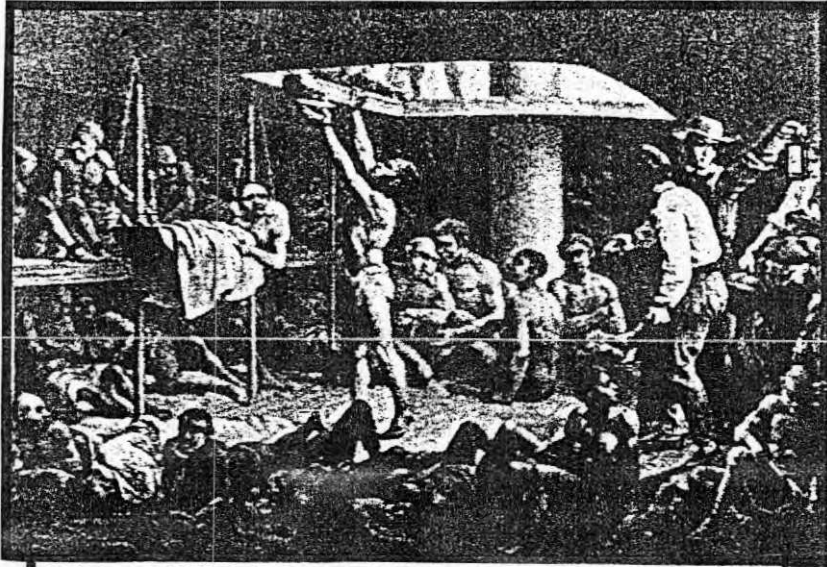


REBELIÕES REGENCIAIS



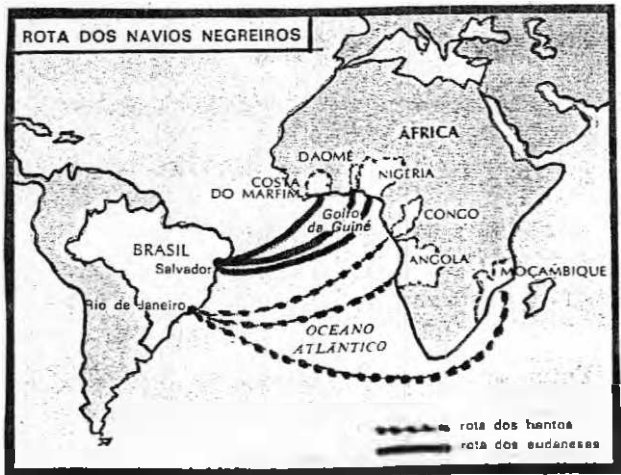
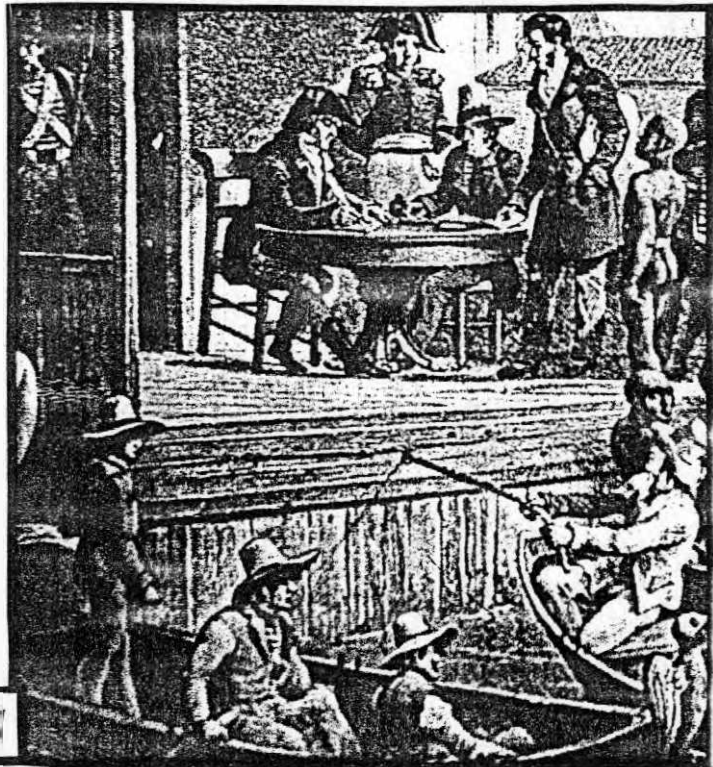
TRÁFICO NEGREIRO

TUMBEIROS



TRANSPORTE DE ESCRAVO

MERCADO DE ESCRAVO



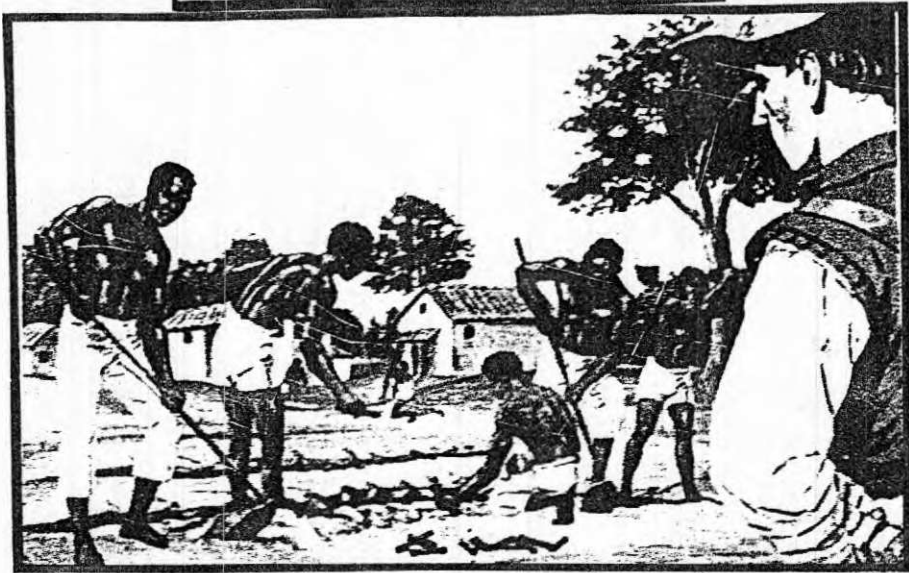
ROTA DOS NAVIOS NEGREIROS

A ESCRAVIDÃO FOI ABOLIDA?



MAS QUEM COMEMOROU?

TRABALHO NO EITO



CANAVIAL

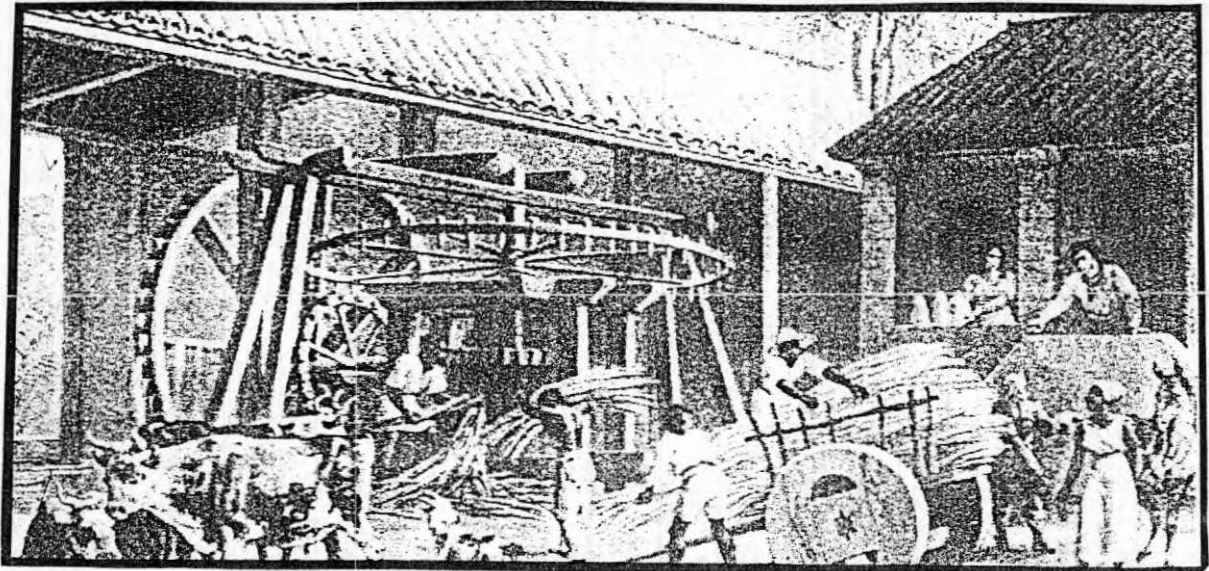


COLHEITA DE CAFÉ

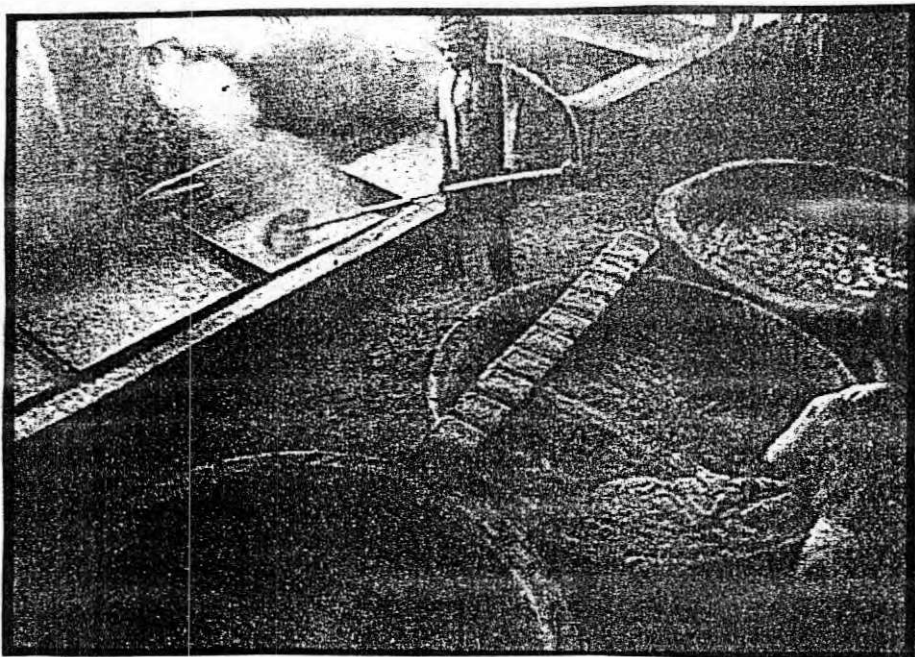


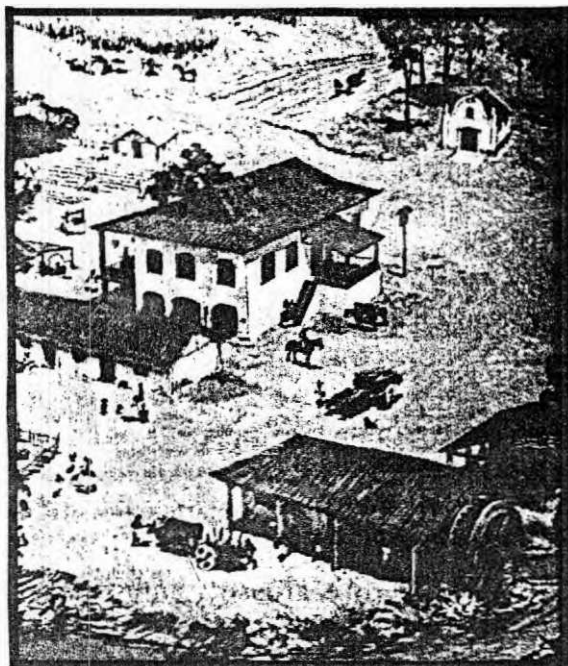
PRODUÇÃO PRIMITIVA DO AÇÚCAR

TRABALHO NO ENGENHO

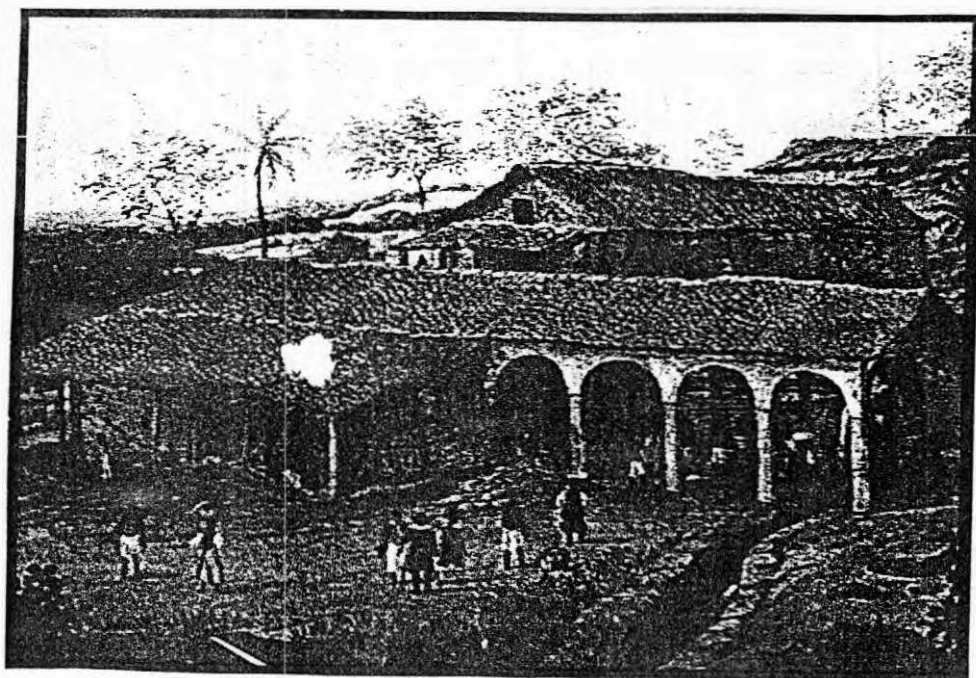


CASA DA MOENDA

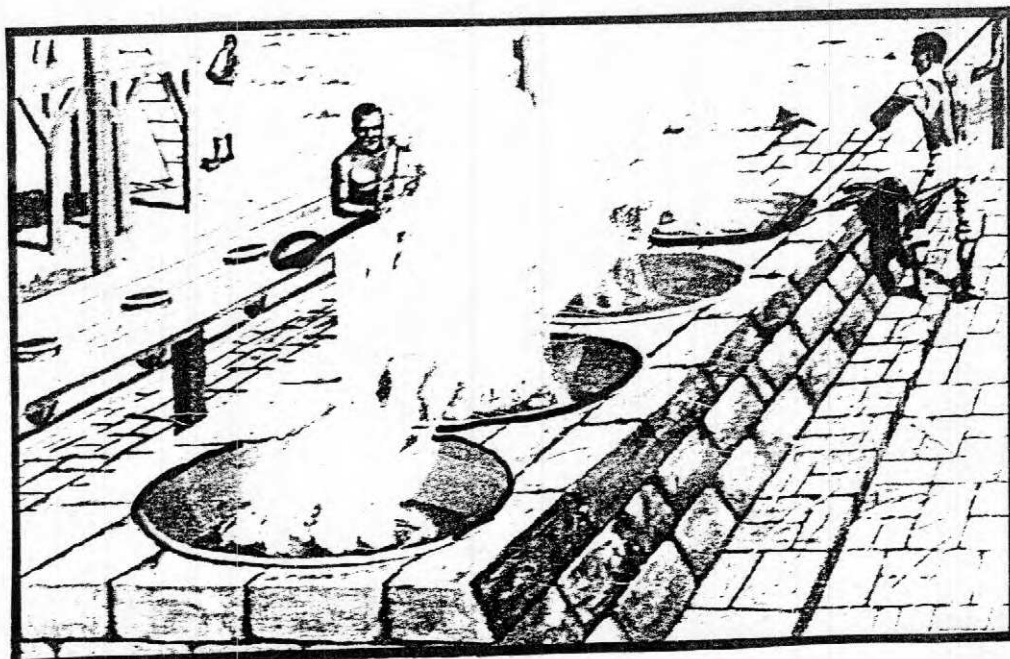
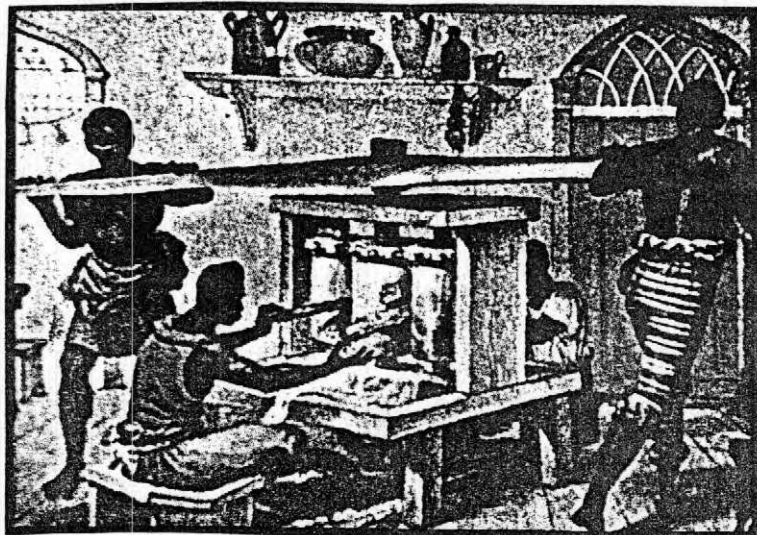
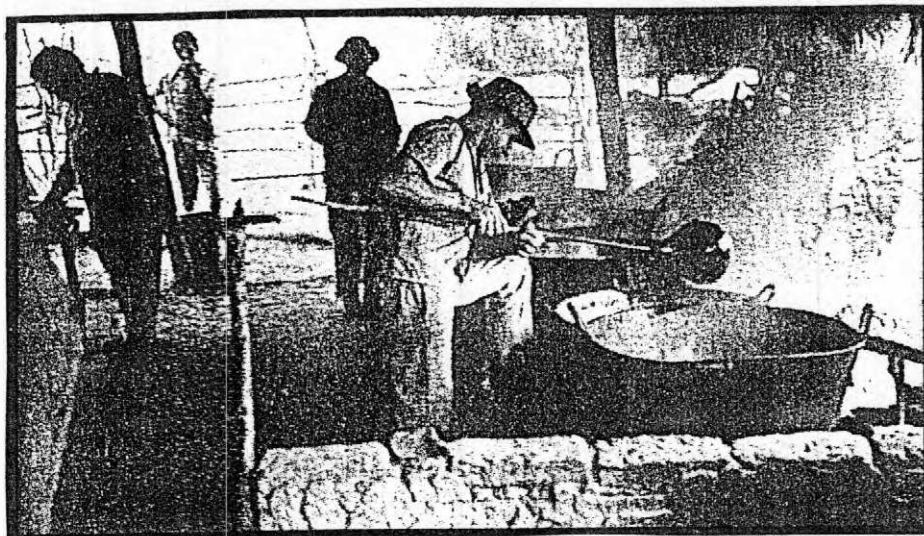




ENGENHO



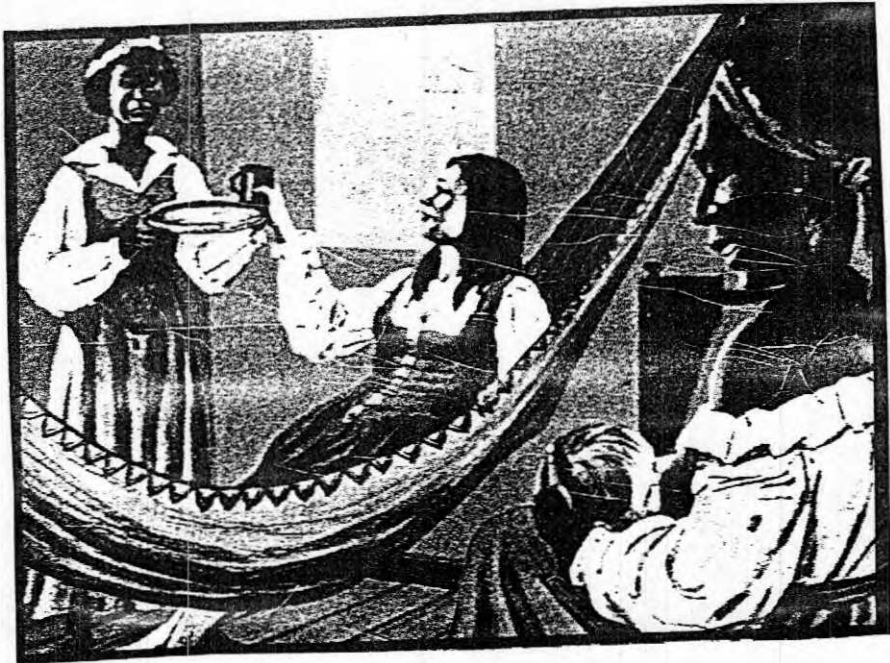
CASA DE PURGAR



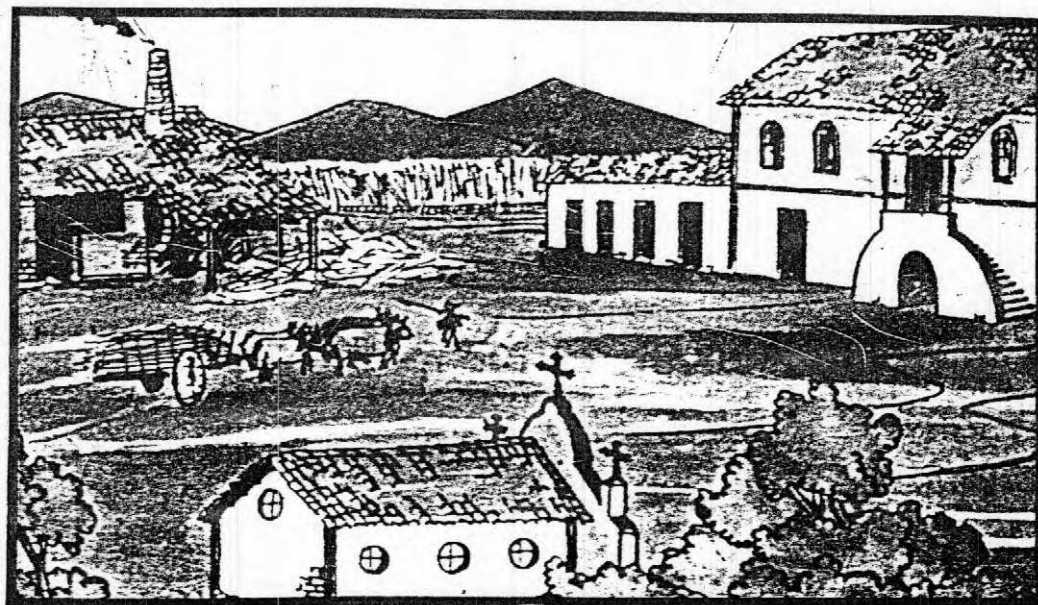
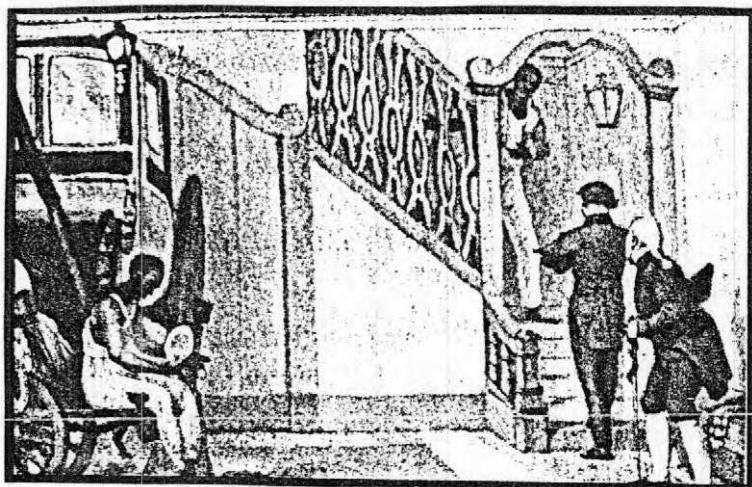
A FAMÍLIA DO SENHOR DEENGENHO



TRABALHO NO LAR



CASA-GRANDE



CAPELA

VENDEDOR AMBULANTE



RENDEIRA



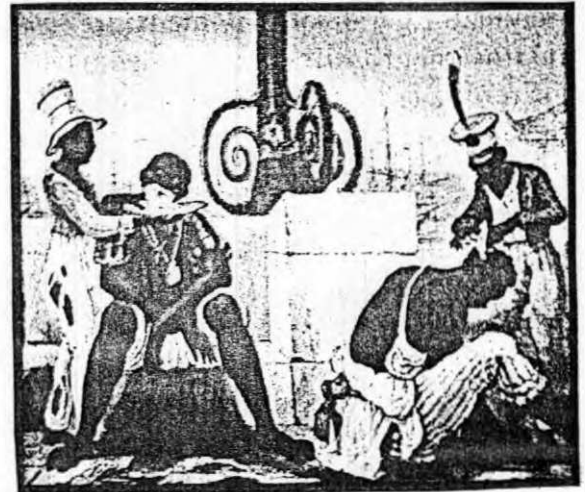
LAVADEIRA



FIANDEIRA



BARBEIRO

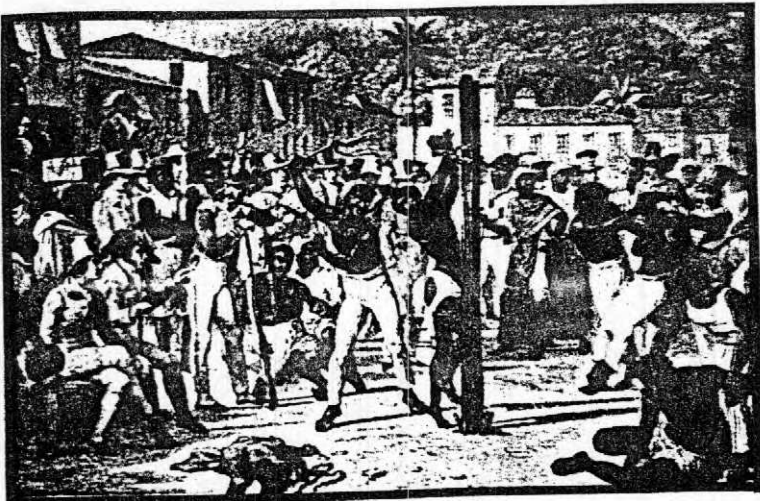
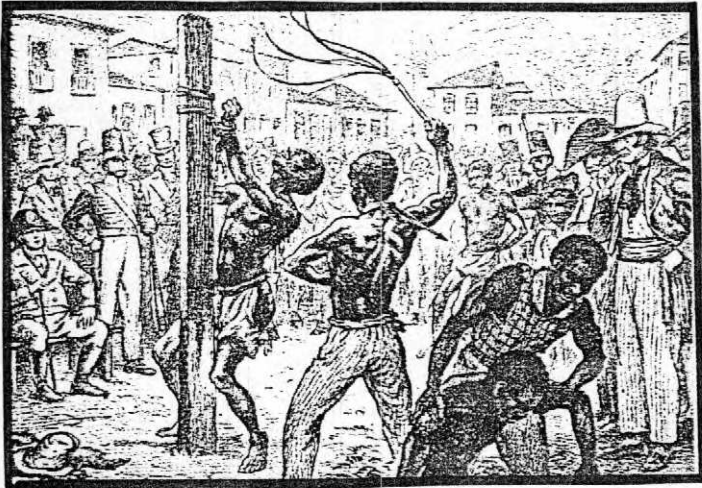
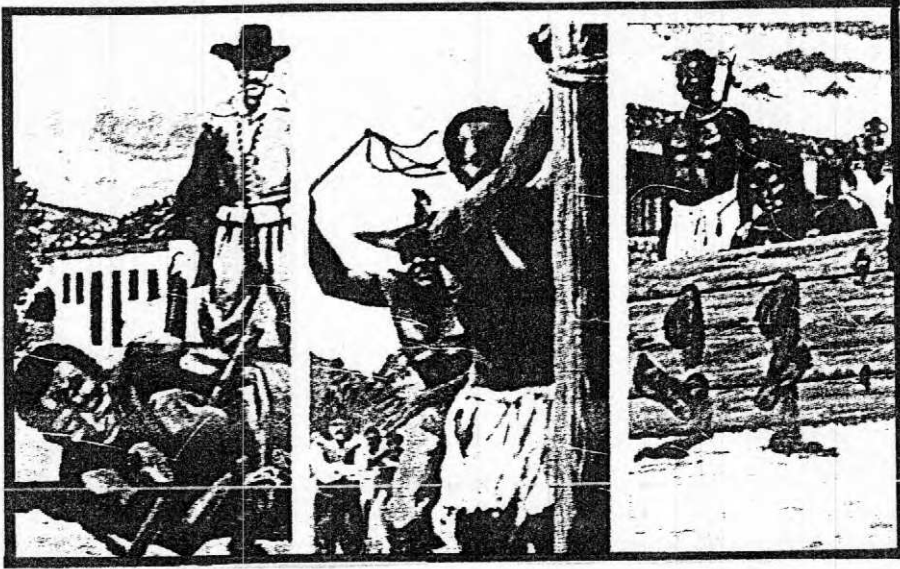


MASCATE



CASTIGO

PUNIÇÃO



BATUQUE



MISTURA DE RITUAIS CATÓLICOS



CAPOEIRA



OS IMIGRANTES

